

Álvaro Cunhal fala ao «Avante!»

HÁ RAZÕES PARA TER CONFIANÇA

ÁLVARO CUNHAL, secretário-geral do PCP, ministro sem pasta do primeiro e segundo Governos Provisórios, um dirigente político experimentado, cujas opiniões interessam ao seu país.

Questões novas surgidas no processo de democratização nacional, dificuldades previstas no actual sistema de governo, motivam interrogações, exigem clarificação.

A política do PCP, os ataques e deformações das forças cegas da contra-revolução e do fascismo, e dos seus estranhos aliados da ultra-esquerda, mas também as perspectivas firmes de levar ao fim o programa reformulado do Movimento das Forças Armadas, tudo problemas que relevam a utilidade de ouvir o secretário-geral do PCP.

O «Avante!» foi a S. Bento ouvi-lo. É o seu depoimento que reproduzimos adiante.

P. — Todas as pessoas responsáveis referem as dificuldades da economia portuguesa. Há porém quem estranhe essas dificuldades e atribua a responsabilidade por elas a nova situação política resultante do 25 de Abril. Será justa tal apreciação?

R. — As dificuldades económicas actuais têm causas diversas e convergentes. A primeira e basilár é a ruína herança deixada pelo fascismo. Nas vésperas do 25 de Abril, a economia portuguesa estava à beira do caos. O equilíbrio orçamental era uma ficção. Numerosos preços, preços de monopólio protegidos e sustentados pelo Estado, outra ficção. Os recursos do Estado eram mobilizados para ajudar directamente as grandes companhias, para lhes assegurar elevadíssimos lucros e forte acumulação, para lhes assegurar de mão beijada sectores ou infra-estruturas não rentáveis. Por sua vez, a guerra colonial custou ao País mais de 100 milhões de contos, soma que teria sido suficiente para imprimir um arranque decisivo à economia nacional e para resolver alguns dos grandes e dramáticos problemas do povo português.

Todas as finanças do Estado estão cheias de «buracos», de défices, de dívidas, de encargos, de compromissos, de desequilíbrios. As finanças públicas legadas pela ditadura são um enorme edifício roído por todos os lados, com tremenda dificuldade de equilíbrio e de estabilização. Temos de pagar cara e bem cara a herança deixada pelo fascismo.

Depois de cinquenta anos de ditadura caem de súbito para resolver, de uma assentada e a curto prazo, todos os imensos problemas atrasados e acumulados de uma economia sem bases sólidas, de um instável equilíbrio financeiro assente em recursos extraordinários e de origem externa. Tem de dizer-se claramente que o Estado não tem recursos para tudo e que, se se pretende atender a tudo ao mesmo tempo, se corre o risco de um elevadíssimo défice das contas do Estado, de se aumentar a dívida pública, de registar grandes défices na balança comercial e de pagamentos e de se gastarem reservas existentes que poderiam assegurar um aprofundado desenvolvimento da economia nacional.

O saneamento da economia não será menos complexo e será certamente mais demorado que o saneamento do aparelho do Estado. Mas terá de ser feito, pois é uma questão de vida ou de morte para a democracia.

P. — Fala-se em escassez de recursos. E porém sabido que os grandes grupos capitalistas dispõem de poderosos meios financeiros.

Não poderiam esses meios ser mobilizados para resolver as dificuldades da economia nacional?

R. — Os grandes grupos capitalistas têm tomado uma atitude de hostilidade para com a situação democrática criada após o 25 de Abril. Não é exagero dizer que ainda não se adaptaram à nova situação e parece sonharem com o regresso ao odioso passado fascista. Tudo acontece como se pretendessem, através do retrocesso ou da estagnação da produção, do bloqueio do crédito, da restrição das transacções, da anulação de encomendas, do encerramento de fábricas, das falências fictícias, dos despedimentos em massa, provocar artificialmente uma crise económica e uma vaga de descontentamento geral que abrissem caminho à subida ao Poder de um Governo reaccionário e de uma nova ditadura, que fosse, tal como a anterior, um instrumento terrorista do domínio dos monopólios e dos latifundiários.

E tempo que o grande capital compreenda que a ditadura fascista acabou e não volta. E tempo de desistir de utilizar armas económicas contra o curso democrático da actual política portuguesa, de desistir de conspirar e de pagar com rios de dinheiro propaganda e núcleos contra-revolucionários. E tempo de se conformar com o desaparecimento da ditadura e de compreender que, além do mais, é do seu interesse aceitar a ordem democrática e procurar viver dentro dela.

O programa do Movimento das Forças Armadas não indica medidas de fundo que mudem as estruturas do sistema social. Mas indica uma nova política económica inspirada por uma estratégia antimonopolista. E nesta linha fundamental de orientação que virá a residir, se aplicada, a solução das dificuldades e problemas mais urgentes da economia nacional.

P. — Muito se tem falado no peso das despesas de guerra. Agora porém a situação mudou. E de esperar o breve estabelecimento da paz. Querá isto dizer que, terminada a guerra, vamos ter disponíveis grandes recursos, que poderão ser aplicados em benefício da economia nacional e das massas populares?

R. — No futuro será assim. Mas o aproveitamento dos recursos até agora gastos com a guerra não será imediato.

As tropas ainda continuam em África, uma grande parte das despesas de guerra é com vencimentos, haverá gastos importantes para o regresso dos soldados. O processo de independência absorverá, também, grandes recursos. Além disso, como é de supor, haverá certamente encomendas já feitas de material de guerra que terão de ser pagas e empréstimos contraídos a saldar. Por isso, não

se sentirá imediatamente o efeito da diminuição e do desaparecimento dos gastos de guerra.

E bom ter presente esta ideia para que, com o estabelecimento da paz, se não criem falsas ilusões numa imediata disponibilidade de milhões de contos. É possível que só daqui a uns dois anos se possa dispor em Portugal daquilo que se deixa de gastar na guerra. Os efeitos económicos favoráveis do fim da guerra são certos, mas tardarão a sentir-se.

P. — Qual o significado do histórico reconhecimento declarado no dia 27 de Julho do direito à independência dos povos submetidos ao colonialismo português?

R. — Tem-se dito justamente que se trata de uma vitória histórica, tanto para os povos da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, como para o povo português.

Grande vitória para aqueles que pela acção política e de armas na mão se levantaram contra a opressão colonialista e souberam lutar corajosamente pela sua libertação. Grande vitória para o Partido Comunista Português, que, durante muitos anos, foi a única força política a lutar pelo reconhecimento do direito à independência dos povos submetidos ao colonialismo português. Vitória também para todos quantos em Portugal se levantaram contra a guerra colonial e contra o colonialismo, que defrontaram acusações, calúnias, perseguições, por ousarem defender um princípio, um direito e uma perspectiva que hoje, finalmente, se tornou a política oficial portuguesa. Grande vitória para o Movimento das Forças Armadas, cujo papel foi decisivo para a solução do problema.

Trata-se agora de transformar em realidade o reconhecimento de um direito. Confiamos em que estará para breve a solução na Guiné-Bissau. E que, embora num processo muito complexo e com caminhos e métodos diferenciados, o mesmo objectivo será alcançado em Moçambique, Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor, sem esquecer Macau, apesar das acentuadas particularidades do caso.

Estamos quase no limiar de uma nova era histórica para Portugal. Livres os povos submetidos ao colonialismo português, Portugal poderá também, finalmente, ser livre. Poderemos e deveremos consagrarmos à tarefa de construir na nossa própria terra um regime democrático, pacífico, próspero e independente. Desejamos fazê-lo em estreita relação de amizade e cooperação com os povos libertados do colonialismo português. Trabalharemos para enterrar na história os ódios e desconfianças gerados pela exploração colonial e por uma guerra injusta e para que, por cima de mares e continentes, possamos dar fraternalmente as mãos na construção do nosso

so futuro como países livres e iguais.

P. — Existe grande expectativa acerca das leis que institucionalizaram as liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos: o direito à greve e as liberdades de imprensa, de reunião, de associação e sindical. Que se pode dizer neste momento acerca dos traços fundamentais dessas leis? E satisfatório o âmbito das liberdades e direitos instituídos?

R. — Salvo no que respeita ao direito à greve e à liberdade de reunião, os outros projectos não estão ainda concluídos e em debate. Numa ampla coligação co-

tempo sublinhar o muito de positivo que representa a institucionalização.

Não ajudaria à democratização da vida portuguesa contestar sistematicamente essas leis e, globalmente, pelo facto de não serem inteiramente satisfatórias, defender a sua voluntária violação.

P. — Significa isso que o PCP, que, no tempo da clandestinidade, era um defensor e um praticante dos métodos ilegais de trabalho passou a defender a legalidade e a ordem?

R. — Não somos partidários da anarquia e da indisciplina. Lutamos sem tréguas contra a ordem fascista. Hoje lutamos pelo estabelecimen-

termos que em cada página se praticam por escrito crimes qualificados? Poderá admitir-se que o direito de manifestação seja utilizado para levar a cabo acções de pura provocação contra o actual curso democrático da política portuguesa? Poderá admitir-se que fascistas e esquerdistas procurem conjuncta ou paralelamente criar um clima de inquietação e desassossego, e falta de confiança que abra caminho a conspirações contra-revolucionárias? Os principais culpados das medidas referidas são aqueles que se recusaram a compreender a real situação portuguesa e que, em aliança com a reac-

tuirmos um regime democrático, o PCP será o primeiro a respeitar as leis e a exigir que os outros a respeitem também.

Há naturalmente quem sonhe com uma futura repressão contra o Partido. Deve sublinhar-se a histórica campanha anticomunista em que o comunismo esquerdista e contra-revolucionário e a qual não são isentos certos sectores do aparelho do Estado. As discriminações anti-comunistas são muito frequentes e muito generalizadas, sucedendo por vezes, como no tempo da ditadura, que são discriminados, não apenas os comunistas mas aqueles que, não o sendo, são disso acusados. Essa discriminação não facilita o abandono de ideias de repressão directa ou indirecta contra os comunistas. Esperemos que nunca venham a concretizar-se.

Os comunistas participam hoje na construção de um Portugal democrático. O PCP aceitou estar numa coligação governamental, não para avalar uma política, mas para participar nela, não como parte menor, mas como parte inteira. Se construirmos uma ordem democrática, respeitaremos essa ordem democrática.

Quem reprimisse os comunistas é que entraria no caminho da ilegalidade, no caminho do desrespeito da ordem democrática. E pois bom acabar de uma vez para sempre com a campanha, segundo a qual os comunistas são um perigo para a liberdade. Não. O perigo para a liberdade vem não dos comunistas mas daqueles que pretendem que os comunistas sejam dela privados.

P. — Qual a política de unidade e de alianças do PCP na etapa actual da luta pela democracia e a paz?

R. — Consideramos de grande importância a unidade com os outros partidos e forças da coligação. Temos relações particularmente amistosas com o Partido Socialista e o MDP cuja importância na vida política e cuja representatividade de importantes sectores democráticos não pode ser posta em dúvida.

Devemos trabalhar para definir em comum linhas de acção comum e não começar a polemizar uns com os outros como alguns dos nossos amigos parece quererem. Não será acertado levantar conflitos acerca de questões remotas ou de futuro ainda distante, quando estamos empenhados em batalhas decisivas que exigem uma acção concertada imediata, de que afinal depende todo o futuro.

A unidade entre partidos e sectores democráticos tradicionais insere-se num sistema de alianças mais amplo no quadro do movimento popular de massas e na aliança entre o movimento popular e o Movimento das Forças Armadas.

Não poderemos considerar a unidade com qualquer ou quaisquer partidos ou sectores fora deste sistema de alianças, fundamental na situação política actual.

P. — O que acaba de ser dito coloca a questão da unidade da esquerda. Já se tem ouvido em alguns comícios a palavra «Esquerda unida jamais será vencida». Que pensar desta consigna? Não corresponderá melhor à exigência da unidade das forças realmente democráticas?

R. — Essa consigna é incorrecta e enganadora. Incor-

recta porque insinua que o sistema de alianças políticas determinante na actual situação política e aquele que garante o caminho para a democracia é a unidade da esquerda, entendida como a unidade de forças à esquerda do Partido Socialista inclusive.

Ora na actualidade, o sistema de alianças é mais complexo. Da esquerda compreendida nessa consigna, se isolada de outras forças e alianças, não se poderia dizer que «não seria jamais vencida». É quase certo que o seria. Na actual conjuntura, é indispensável evitar o isolamento da esquerda. A par do reforço da unidade democrática e popular e da unidade das massas, é necessário reforçar a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas. É este sistema de alianças que pode garantir (e confiamos garantirá) o processo de democratização. Tal sistema é hoje um facto na vida política portuguesa. Por isso há razões para ter confiança no futuro.

P. — Para terminar gostaria de fazer uma pergunta que, embora pareça de carácter pessoal, tem significado político. Tanto os fascistas como os verbalistas pseudo-revolucionários não te poupam com calúnias. Espalham, entre muitas outras coisas, que Álvaro Cunhal vive numa luxuosa instalação no Ritz, que tem uma grande fortuna, que gasta milhares de contos em mobiliário da sua casa particular, que tem um ordenado que somado ao ordenado de ministro sobe, segundo uns, a oitenta contos, a mais de cem segundo outros. Insultos dos mais grosseiros são erigidos em arma de combate político. Não valerá a pena dizer alguma coisa sobre isto?

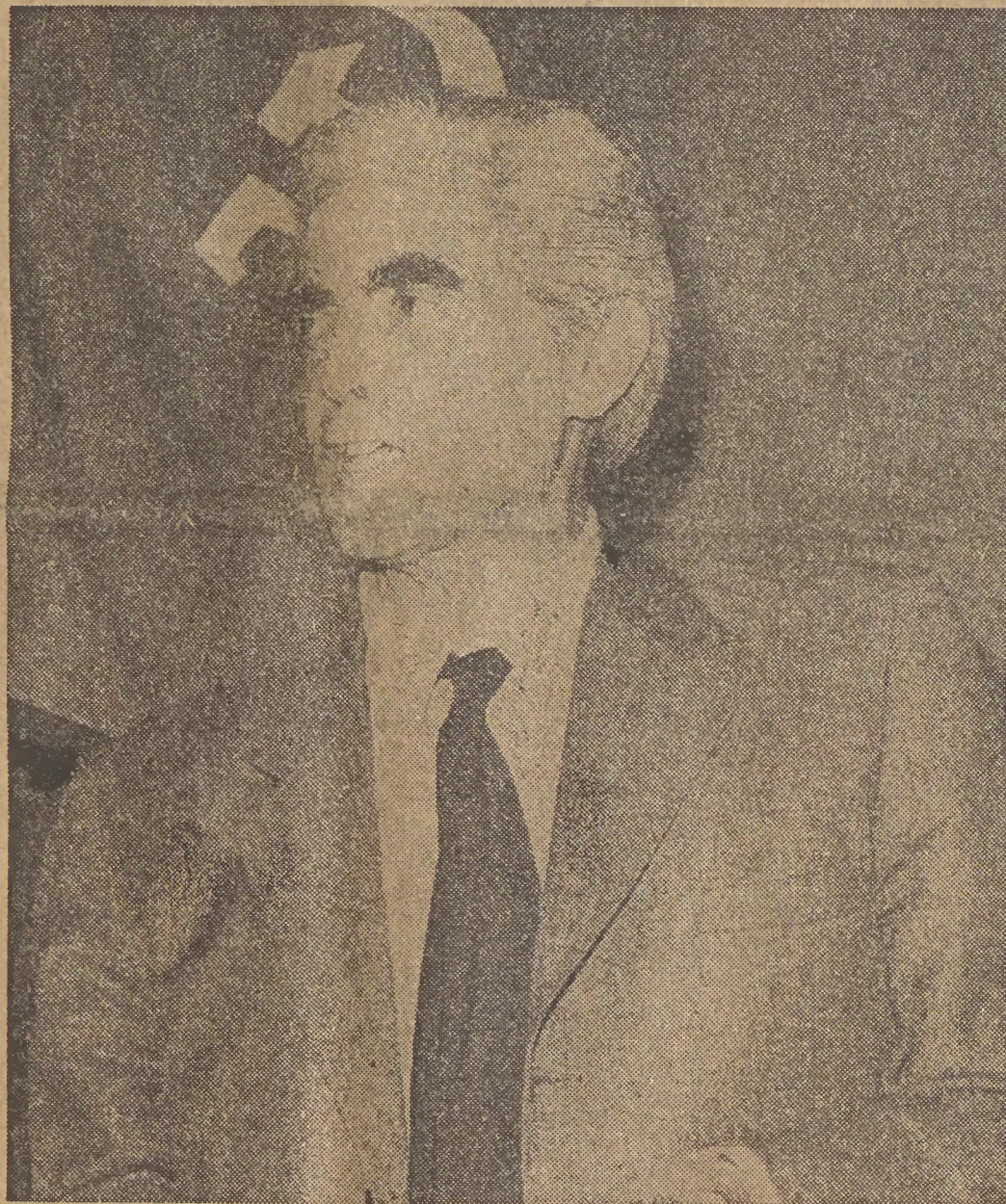
R. — Por mim não valeria a pena. Toda a vida ouvi essas e outras. Mas vale pelo Partido. Conhecemos bem tal tipo de calúnias. Têm a marca da PIDE.

Verificamos também que as mesmas calúnias são lançadas simultaneamente em pontos muito diversos e distantes do País, o que indica a existência de uma central reaccionária de diversão ideológica.

Tão intensa é a campanha que consegue iludir algumas boas almas que agora, depois do 25 de Abril, entram pela primeira vez na vida política. Por isso vale a pena uma pequena explicação.

Desde 1935 a minha vida é igual à de quaisquer outros funcionários do Partido. No ponto de vista material, de nosso temos o salário do Partido e nada mais. Esse salário tem variado ao longo dos anos. Em anos mais difíceis era incerto e nem para comer dava. Com o fortalecimento do Partido passou a ser regular, mas sempre modesto. Actualmente, por exemplo, corresponde aproximadamente ao salário mínimo nacional e é portanto muito inferior ao da grande maioria dos operários industriais. O vencimento que recebo como ministro passa de 30 contos mensais. Entrego naturalmente ao Partido o que excede a soma que recebem os outros funcionários do Partido. Sempre vivi e continuo a viver tal como vivem os outros camaradas que consagram as suas vidas à causa da classe operária.

O ódio e o veneno dos fascistas e esquerdistas conjugados não conseguem ferir os revolucionários consequentes. A lama não suja o alvo que visa, mas a mão que a atira.



MOVIMENTO SINDICAL UNIDO PENHOR DE DEMOCRACIA

O movimento sindical, os sindicatos, têm uma composição social e objectivos específicos que os distinguem dos partidos políticos ou de outras agremiações sociais.

O que são afinal os sindicatos?

São, antes de tudo, organizações de classe dos trabalhadores, quer sejam operários, artesãos, agricultores, pescadores ou empregados — o que significa que para ser admitido num sindicato não é preciso outra condição que não seja a de ganhar o seu sustento e da sua família pelo seu próprio trabalho, pela venda da sua força de trabalho.

Logo, todos os trabalhadores se podem aí agremiar independentemente das suas filiações e simpatias partidárias e dos seus credos religiosos ou filosóficos. Comunistas, socialistas, democratas ou simples trabalhadores sem partido; ateus, católicos ou protestantes, outra condição não lhes é exigida senão uma só — a de serem trabalhadores. Isto imprime-lhes desde logo uma característica de classe bem definida. E ajuda ao mesmo tempo a compreender a sua força.

E quais são os seus objectivos?

Estes variam, como é evidente, segundo a natureza capitalista ou socialista do Estado, segundo o regime político vigente.

Em Portugal vigora o sistema de exploração capitalista logo é neste contexto de classe que importa aqui abordar os problemas dos sindicatos e do movimento sindical. Quais são então, a esta luz, os objectivos específicos dos sindicatos?

São, em primeiro lugar, a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, em oposição aos da classe patronal — o que implica a necessidade de uma acção diária, por vezes áspera e violenta pelas suas reivindicações imediatas de carácter económico e social. Problemas tais como os dos salários; da melhoria geral das condições de vida e de trabalho; da segurança social; da saúde, o acesso à instrução e à cultura; os lares dos trabalhadores; da higiene e segurança no trabalho, etc., inserem-se nesta categoria de objectivos.

São, em segundo lugar, os da defesa dos direitos sociais dos trabalhadores, tais como o direito ao trabalho, o direito de reunião, associação e manifestação, o direito à greve, etc.

Finalmente, uma terceira categoria de objectivos, os da defesa dos direitos políticos da classe trabalhadora, os da participação dos trabalhadores na vida política do seu país.

As formas de luta e acção por estes interesses e direitos sob o capitalismo variam também segundo o regime político em vigor. Em Portugal, depois do 25 de Abril, que derrubou o fascismo foi instaurado um regime de transição para a democracia e conquistada uma ampla liberdade política no uso da qual os trabalhadores puderam não só obter a satisfação parcial de várias das suas reivindicações imediatas e dos seus direitos e liberdades como cidadãos e trabalhadores como de lançarem as bases da sua organização de classe de tipo novo — os sindicatos livres.

Dir-se-á que tudo isto já são coisas sabidas — e é verdade — mas não é de mais referir que é a esta órbita que é necessário ancorar o novo movimento sindical português e as suas tarefas essenciais no momento actual.

Sindicatos livres

— não sindicatos divididos

A característica principal das classes trabalhadoras é a sua coesão. Os sindicatos, como organizações de classe dos trabalhadores, no seu sentido mais amplo, não podem deixar de exprimir na sua acção essa característica

principal sob pena de se negarem a si próprios.

A unidade da classe operária foi o vínculo de milhar de lutas contra o patronato e o fascismo até ao 25 de Abril. Primeiro nas empresas como terreno básico dos seus embates de classe, depois, a partir de 1945, em conjugação com um trabalho paciente, difícil e complexo dentro dos próprios sindicatos nacionais fascistas, através do aproveitamento das mínimas possibilidades legais de acção.

Esse trabalho tenaz, político e mobilizador levado a cabo durante longos anos pelo PCP, o partido dos trabalhadores, fincou raízes nos sindicatos fascistas, formou inúmeros dirigentes sindicais experimentados e permitiu criar nos últimos anos do fascismo um notável e aguerrido movimento de massas no terreno sindical.

Um movimento unido. Essa tradição de luta, experiência e unidade, foram preciosas no momento em que, derrubado o fascismo, se tratou de converter a velha orgânica sindical numa

orgânica de tipo novo, independente, de carácter democrático, em suma, a organização de sindicatos livres.

Esta conversão, ainda não totalmente realizada, é uma tarefa cheia de dificuldades e tanto mais quanto coincide com um agravamento da situação dos trabalhadores, por motivo da raivosa sabotagem económica de certos círculos do grande capital, e o consequente agravamento da luta de classes.

Assobalhados por mil e um problemas e solitações, são naturais os erros e as soluções de organização imprecisas e equivocadas da parte dos dirigentes e militantes sindicais mais destacados. Mas a decisão de criar uma Comissão Intersindical logo à raiz do 25 de Abril e que neste momento agrupa um grande número de sindicatos constituiu um passo decisivo para a estruturação correcta de um poderoso movimento sindical de carácter unitário.

Estruturação que assegure a unidade e desenvolvimento do movimento sindical

A formação de sindicatos livres não é, pois, um factor de dispersão e mesmo divisão — e antes, necessariamente, condição para o alar-

gamento e reforço do movimento sindical unitário e ainda para a criação de sindicatos de trabalhadores em novas classes. Referimo-nos aos assalariados agrícolas, aos pescadores e aos funcionários públicos.

Entretanto, na criação das novas estruturas do movimento sindical detectam-se iniciativas que não ajudam e mesmo em certos casos contrariam o seu carácter e desenvolvimento unitários. Determinados sectores políticos tentam impor unilateralmente estruturas sindicais sem nenhuma relação com as actividades profissionais respectivas. Estabelecem-se uniões de sindicatos pela cúpula sem ouvir os trabalhadores sindicalizados. São, por vezes, exclusivos interesses partidários — não do PCP, evidentemente — os militantes no movimento sindical conduzem uma actividade essencialmente unitária — atropelam-se sem o menor escrúpulo regras democráticas de funcionamento dos sindicatos para conquistar postos de direcção que canalizam o movimento sindical para objectivos que não são os seus, tudo isto com o maior desrespeito pela vontade e poder deliberativo das massas associativas.

Surgem assim, formas orgânicas que são verdadeiras abortos, as quais, a não serem alteradas, prejudicariam gravemente o desenvolvimento e o carácter unitário do movimento sindical. A inconsciência destes maneios pagá-lo-ão os próprios trabalhadores se, colectivamente, dentro dos seus sindicatos, não lhes opuserem uma barreira.

O mais grave, porém, são as tentativas de fazer arregimentar o movimento sindical português a centrais sindicais internacionais e que levaria infalivelmente à sua divisão e consequente debilitamento. Os que assim actuam em Portugal estão assumindo uma grave responsabilidade perante a classe operária. Os trabalhadores portugueses não devem consentir que se trafique nas suas costas contra a unidade do movimento sindical, devem exigir que a massa dos sindicalizados seja ouvida nas disposições que interessam ao seu sindicato, devem submeter à intervenção das suas dúvidas e ideias quanto à estruturação do seu movimento e pôr um freio à actividade divisionista de elementos que se dizem trabalhadores, mas nada têm de comum com a classe operária.

O apolitismo dos sindicatos contra a democracia

Da mesma ou outra origem, mas de forma coincidente, alguns militantes e dirigentes sindicais defendem com ardor o apolitismo dos sindicatos. Em geral, tais tendências dirigem-se, objectivamente, contra o PCP e têm por objectivo afastar os comunistas do movimento sindical.

Dissemos atrás que os sindicatos não são partidos políticos, mas seria um atentado à democracia subtrair-lhes a luta geral do povo português pela consolidação dos direitos e liberdades alcançados, que é essencialmente política. Os sindicatos têm um largo papel a desempenhar na democratização do País e os que pretendam o apolitismo talvez pretendam arregimentar o poderoso movimento sindical para objectivos políticos

inconfessáveis, como se verificou, por exemplo, com a pró-sindicalidade dos CTT.

Os trabalhadores devem estar atentos, aqueles que por interesses obscuros ou por uma concepção errónea defendem o apolitismo dos sindicatos.

Os sindicatos, o movimento sindical, não são organismos políticos mas devem estar ao serviço de uma política — a do actual processo democrático que conduzirá os portugueses a dirigirem os seus próprios destinos.

TRABALHADORES DA WRIGHT DIZEM NÃO À CO-GESTÃO

Trabalhadores da Wright, empresa metalúrgica, situada na estrada de Tires, na Abadôa, concelho de Oeiras, afirmam, inequivocamente, a sua recusa a uma proposta de co-gestão da empresa apresentada pelo administrador Bustorff Silva.

Esta nossa posição, decidida em conjunto, justificamos no facto de considerarmos que nas actuais circunstâncias a co-gestão não serve os interesses dos trabalhadores —

Trabalhadores da Handy:

ATENÇÃO AOS DESPEDIMENTOS!

A Handy Portuguesa, empresa do ramo metalomecânico com cerca de 1000 empregados distribuídos, nomeadamente, por Agueda, Lisboa e Porto, está a proceder a despedimentos sem justa causa. Tudo indica estarmos perante uma acção de represália devido a um processo reivindicativo desencadeado pelos trabalhadores após o 25 de Abril.

Com efeito, embora a Administração alegue uma «oportuna» reestruturação de serviços com base em dificuldades económicas, dá-se a coincidência de os despedimentos até agora efectuados atingirem, na sua quase totalidade, trabalhadores que, dentro da empresa, pugnam pelos direitos dos seus camaradas, havendo até indícios que outros se lhes seguirão conforme uma lista negra previamente elaborada pela Administração.

Atenção, pois, trabalhadores da Handy, às manobras repressivas da administração!

FACE À AMEAÇA DE DESPEDIMENTO COLECTIVO OS OPERÁRIOS DA LITOGRAFIA IDEAL

RESISTEM COM ENERGIA

Tudo começou quando os patrões resolveram fechar a oficina, em 31 de Julho. Alegaram «falta de dinheiro».

Mas o 25 de Abril já lá vai



Assembly Geral, decidiram, na altura:

- 1.º — Não aceitar os despedimentos já oficializados de seis camaradas.
- 2.º — Continuar os operários-chefes e encarregados a distribuir trabalhos ao pessoal despedido.
- 3.º — Fazer paragem diária de todo o trabalho das 10 às 11 horas enquanto o pessoal não for readmitido.
- 4.º — Deslocar-se a Comissão dos Trabalhadores desta empresa ao Ministério do Trabalho, a fim de dar directamente conhecimento da situação a Sua Ex.ª o Ministro do Trabalho.
- 5.º — Continuar firmes na luta até aceitação das suas legítimas pretensões.
- 6.º — Voto de confiança ao Novo Governo Provisório e Novo

mento das Forças Armadas, agora à frente do destino do Novo Portugal.

— Felizmente, graças à nossa meza, os despedimentos não se verificaram e alargaram-se as suas possibilidades de diálogo com a Administração. Aguardamos, agora, a resposta aos pontos que propomos, que se baseiam na defesa dos nossos interesses de trabalhadores.

E por essa defesa que os trabalhadores da Wright, revelando um profundo discernimento político da situação actual, rejeitaram a proposta de uma co-gestão empresarial, à primeira vista atraente mas inoperante e até prejudicial aos seus interesses.

O que nos interessa gerir, nas condições de trabalho, lutando por um funcionamento de regras democráticas, ampliando os nossos direitos conquistados.

CONTRA OS DESPEDIMENTOS NA ALUMINIA

A empresa e unidade dos trabalhadores da Alumina, no Porto, tantas vezes demonstrada durante o fascismo na luta por melhores salários e condições de trabalho, têm sido mais uma vez determinantes na evolução da luta actual que se desencadeia na empresa.

A entrega dum caderno reivindicativo — em que se exige nomeadamente a readmissão do trabalhador despedido e a recondução à tarefa inicial dum outro cuja despromoção assim como o despedimento do primeiro apressam, aos olhos dos trabalhadores, como represália à sua actividade de sindicalistas, e ainda a reivindicação de melhores condições de trabalho na empresa e outras regalias — e a sua não satisfação integral, levaram os operários para a greve.

Mas, no próprio dia em que se iniciou a greve, a Comissão de Empresa, ao analisar a situação, concluiu que essa forma de

luta não era a que mais convinha aos trabalhadores, promoveu uma reunião com os dois camaradas atingidos pela repressão patronal e propôs negociações.

As propostas dos trabalhadores, respondendo a administração da empresa com a negativa formal. Perante a posição inflexível da administração, que pretendia, assim, que os trabalhadores paralisassem totalmente, decidiram estes fazer «acção», reduzindo a produção em 50 por cento, facto que comunicaram aos patrões.

A atitude irredutível da administração levou a Comissão de Empresa a expor a situação ao MFA, a quem o delegado sindical entregou toda a correspondência trocada entre os operários e a administração, e de quem recebeu apoio à luta que está a ser travada.

A mesma Comissão foi ainda ao INTP, onde, se reuniu com o delegado do Ministério do Trabalho, entregando o caderno reivindicativo e cópia da correspondência citada, juntando uma carta dirigida ao ministro do Trabalho, pedindo a sua intervenção imediata.

A ponderação e maturidade dos trabalhadores da Alumina, sabendo adaptar as formas de luta às condições concretas da empresa, são uma lição para muitos outros trabalhadores que devam manifestar a sua solidariedade aos seus camaradas da Alumina, até que estes consigam alcançar as suas justas reivindicações.

OPERÁRIAS DE AGUEDA

Mulheres operárias de Agueda da indústria cerâmica, metalúrgica, de confeccções, dum fabrica de cartonagem e dum armazém de vinhos, reuniram-se, debruçando-se sobre os seus problemas.

Os despedimentos foi tema dominante, pois em todas as fábricas, excepto no armazém de vinhos, havia casos a apontar. A forma como o patronato, indiscriminadamente, recorre a este processo para dividir os trabalhadores, empurrá-los para formas de luta que não correspondem aos seus interesses, mas sim aos dos exploradores, afastando-os, assim, dos seus objectivos imediatos, foi atentamente analisada. Ficou claro, para todas, que só a unidade e a organização dos operários pode fazer frente aos despedimentos e outras manobras do patronato.

A intervenção dum das operárias, militante do PCP, sobre o papel de vanguarda do nosso Partido na luta dos trabalhadores, foi seguida com vivo interesse por todas as mulheres presentes, que se constituíram em Comissão das Trabalhadoras das Fábricas de Agueda.

NOVIDADE OS TRABALHADORES NA EMPRESA

ARMANDO CASTRO — FRANCISCO PEREIRA DE MOURA
FRANCISCO MARCELO CURTO — JORGE SAMPAIO
MARCO PINTO E SÉRGIO RIBEIRO

Esc. 50\$00
PRELO EDITORA — Rua da Misericórdia, 67-2.º — Lisboa

O MUNDO DO TRABALHO

PUBLICAÇÕES NOVA IDADE, SARL

Desde o mês de Maio existe nesta empresa uma comissão de trabalhadores, criada devido ao clima de insegurança e instabilidade, situação que se agravou depois da aquisição pela Publicidade da maioria das acções da Nova Idade. O novo acionista maioritário manifestou já a intenção de proceder à redução do pessoal e suspensão das publicações da Nova Idade.

Os trabalhadores, que têm vindo a reunir para análise da situação, apontam como objectivos prioritários de luta:

- garantia de pleno emprego
- pagamento pontual de ordenamentos
- subsídios de férias
- pagamento dos descontos para a Caixa de Previdência e dos seguros de trabalho em atraso
- manutenção dos efectivos e publicações da empresa.

Foram feitas intervenções no Ministério do Trabalho, Intersindical e Ministério da Comunicação Social. Num comunicado distribuído, os trabalhadores da Nova Idade reafirmaram a sua disposição de utilizar todos os meios ao seu alcance para atingir os seus objectivos de luta.

O 25 DE ABRIL AINDA NÃO CHEGOU À EMPRESA FONSECAS SARL—TORRES NOVAS

A direcção desta empresa conseguiu, através de manobras junto do Tribunal de Trabalho, alterar o contrato dos empregados de escritório, prejudicando-os em centenas de contos, passando estes do Contrato Colectivo de Automóveis para a Lei Geral. Paralelamente, a direcção tem vindo a exercer intensa repressão junto do pessoal, utilizando para isso certos elementos delatores.

FABRICA DE CONFECCOES CZARINA — AVIS

Foram despedidas oito operárias, alegando a empresa não poder pagar o salário mínimo nacional. O trabalho destas operárias passou a ser feito por jovens com salários inferiores. O condutor da carinhã de transporte do pessoal foi também despedido, em consequência de ter pedido aumento de salário, ficando várias operárias privadas de transporte.

ESTALEIROS NAVAIS DE VIANA DO CASTELO

Em resposta ao despedimento do trabalhador Tomás de Lenos, foi entregue um abaixo-assinado, com mais de 800 assinaturas, restando este despedimento injusto, e exigindo a sua readmissão até ao dia 22 de Julho. O facto foi comunicado ao representante da Junta de Salvação Nacional nesta cidade.

STANDARD ELÉCTRICA — S. GABRIEL

As operárias e demais trabalhadores da Standard Eléctrica

decidiram contribuir com um dia de salário, como forma de solidariedade para com as operárias despedidas, permitindo assim a continuação da luta das operárias despedidas até à sua reintegração na empresa.

Numa assembleia geral, os trabalhadores consideraram ser urgente a promulgação de legislação que proíba os despedimentos sem justa causa; a readmissão dos trabalhadores despedidos; o fim da guerra colonial; um estatuto para as sociedades multinacionais de forma a controlar os lucros e torná-los tecnologicamente independentes do estrangeiro; criação de novos postos de trabalho. Pediram ainda que sejam tomadas medidas concretas na colaboração com os países socialistas e para a libertação do país do capitalismo internacional

COVINA

A Comissão de Trabalhadores publicou um comunicado, onde informa da entrega do caderno de propostas aprovado em Assembleia Geral, aguardando a data do início das negociações. Esta comissão foi recebida por um representante do Ministério do Trabalho a quem foi entregue um exemplar do referido caderno. Na discussão, foi assinalado ao representante deste Ministério a apreensão dos trabalhadores quanto à demora na concretização de investimentos previstos pela administração, o que, consequentemente, porá em risco o futuro da empresa e de todos os trabalhadores que nela trabalham

CP

Por iniciativa da célula do Partido na CP, teve lugar no passado dia 31 de Julho uma sessão de esclarecimento.

Falarão os camaradas José Magro e Sérgio Calhau. Após uma breve apresentação dos oradores, abriu a sessão José Magro que agradeceu a oportunidade de se encontrar ali, fez um balanço do que foram estes últimos três meses, tendo enumerado as importantes conquistas alcançadas pelo Povo Português, o desmantelamento das organizações fascistas, reconhecimento do direito à independência das colónias, liberdade de reunião e associação, nomeadamente liberdade sindical, o estabelecimento do salário mínimo e o estabelecimento de relações diplomáticas com os países socialistas, e em particular com a União Soviética

José Magro abordou em seguida os diferentes aspectos das manobras da reacção, citando os exemplos de fogo posto nas séries do Alentejo, o surto de greves fomentadas por elementos reacçãoários. Referiu ainda como forma de sabotagem económica da reacção a vaga de despedimentos que se tem verificado

Terminou a sua intervenção explicando os objectivos do PCP, as formas de ingresso no Partido, e da disciplina do mesmo Partido, afirmando: Somos um Partido político preparado para a acção e para a luta, uma poderosa organização extremamente ligada aos trabalhadores.

Uguem em seguida da palavra Sérgio Calhau, que destacou o papel de vanguarda do nosso Partido antes e depois do 25 de Abril, tendo denunciado a feroz campanha anticomunista de que é alvo o PCP.

Seguiu-se um animado debate em que os oradores responderam a perguntas do auditório, composto por dezenas de trabalhadores da CP.

ANGOLA
UM PAÍS FUTURO, UMA LITERATURA PRESENTE
leia
LUANDA (3.ª ed.)
e
NO ANTIGAMENTE, NA VIDA
de
JOSE LUANDINO VIEIRA
EDIÇÕES 70
AV. DUQUE DE
AVILA, 69, R/C,
ESQ.
TELEF. 55 68 93
— LISBOA — 1

Com os trabalhadores do Arsenal do Alfeite

O VELHO BASTIÃO DA CLASSE OPERÁRIA É UMA PRAÇA FORTE DA NOVA ÉPOCA

O velho arsenal passou-se para o outro lado do rio. Um largo espaço aberto entre pinheiros na margem sul proletária. O Tejo a dois passos. Marinheiros de uniforme branco. O portão gradeado está aberto. Quando o carro da reportagem se aproxima um guarda solícito inquiri o que desejamos:

— Estamos aqui para visitar o Arsenal. Somos do jornal «AVANTE!» Há três meses e meio a explicação ter-nos-ia custado caro. As noites de tortura. Os dias sombrios. Os esbirros revendo-se nos antros da PIDE na sua missão de criminosos.

O guarda explica o caminho que devemos fazer. Lá está o portão verde. De novo os guardas, que não se azedam, nem com a imperícia do motorista nem com o anúncio da nossa missão. Pelo contrário. As facilidades são visíveis.

O camarada que nos deve guiar grita da motocicleta em frente de nós:

— São do «Avante!»
A identificação estava feita. Depois seguia-se a marcha rápida até ao local de encontro. Novos apertos de mão, ali, junto ao edifício amarelo, onde nos aguardavam dois membros do Partido. O Arsenal estava ali, no fato de mascado de cor tradicional, na cara de riso franco do camarada que nos guiou.

O nosso encontro com a Comissão dos Trabalhadores — uma evocação de Bento

Para nós esta sala é um símbolo dos tempos novos. Do ar da manhã de 25 de Abril. Por cima da porta, à entrada, «Comissão dos Trabalhadores». Lá dentro a sobriedade dos rostos que nos esperam, o ar fraterno, a comunhão de esperança. Cartazes da CDE. «Assim o fascismo não voltará.» Entre duas janelas um retrato desenhado de Bento Gonçalves, pendurado na parede. Um testemunho inextinguível, forjado no sacrifício, na abnegação sem limites, na consciência activa dos trabalhadores do Arsenal. Bento está ali, conosco. Com os seus companheiros. É difícil neste primeiro contacto com os seus continuadores, com os membros da Comissão dos Trabalhadores do Arsenal, não evocar a sua presença, o seu grande exemplo, a sua forte personalidade de dirigente proletário, a sua coerência de comunista, que

A actividade sindical

Na sala da Comissão dos Trabalhadores escutam-se agora o camarada Manuel Francisco, que nos fala da actividade sindical.

— Ainda a semana passada reunimos na Intersindical com os estabelecimentos fabris do Estado. Fomos nós que propusemos esta reunião. Só deve haver uma lei para os sindicatos. Estes devem ser livres. Não

envolvimento de um poderoso movimento sindical. Foi o ponto de partida para um trabalho novo e dinâmico que conduziu à criação de uma central sindical dos trabalhadores, na qual se integraram os principais sindicatos daquela época.

Falámos ainda no saneamento, nas medidas concretas para afastar os agentes da PIDE/DGS, da Legião, da actividade desenvolvida para expulsar da empresa a antiga administração, que serviu com bastante fidelidade o regime fascista, no Arsenal do Alfeite.

No contacto directo com os trabalhadores de diferentes secções

Abandonámos a sala da reunião. Sol da tarde, a brisa fresca do Tejo, as paredes amarelas do edifício da secção de desenho. A Comissão dos Trabalhadores acompanha-nos. Lá dentro as mesas longas, alinhadas, a claridade do sol passando através das vidraças laterais, que dão de um extremo ou outro da sala de desenho.

Começa o diálogo sobre os problemas concretos. Um espaço insuficiente para meter as 50 pessoas que trabalham nas 3 secções de desenho: a das construções navais; das máquinas e da electricidade.

— Precisamos de uma maior separação — dizem-nos os dois trabalhadores.

E vão-nos mostrar o escritório do director, um compartimento espaçoso, cuidadosamente mobilado.

— Para quê um espaço tão grande, quando nós temos ali na sala dificuldades em trabalhar?

Vem à discussão um problema desta secção, e de outras certamente, vivido de modo particular pelos jovens trabalhadores: o do alojamento em que é tida a situação dos jovens que regressam da guerra colonial.

— Os dois anos de serviço militar em África não são tidos em conta pela administração. É como se nada se tivesse passado. Nem o tempo nem o sacrifício que nos foi imposto. Isto é bom que se diga e se saiba.

Entrámos em seguida noutra secção: na oficina de máquinas. Faz

baixo. Um conto e tal. Outro, dois contos e quatrocentos.

Um operário grande interviém:

— Existem grandes diferenças de salário. Há muito a fazer e a resolver. Passámos a uma outra secção. A mesma vastidão. O ruído dominante das máquinas, o volume mais agudo de outros ruídos que vêm de pontos diferentes do pavilhão. As conversas são gritadas. Mas o encontro com o pessoal tem o ar de uma curiosidade simpática. Pela primeira vez em quase 50 anos uma equipa do «Avante!», entra aqui, nesta secção, para ver, para ouvir, para falar. Avançamos para o fundo do pavilhão. É um acontecimento quase inacreditável, para todo o pessoal. Formulámos uma pergunta a um grupo de trabalhadores:

— O que pensais do «Avante!»? Tendes algumas críticas ou sugestões a fazer-nos?

Acham bom. Nada têm a sugerir. Um ergue o dedo polegar e diz com ar de triunfo:

— Noutros tempos lia-o às escondidas. Agora compramo-lo aqui na empresa ou lá fora. Está bom. Não tenho críticas a fazer.

O torno de Bento Gonçalves

Saimos lá ao fim da secção. Situação, pegadas acumuladas e a rua que conduz a outros pavilhões. Chamam por nós. Um velho companheiro de prisão. Um abraço, uma rápida troca de palavras. Os camaradas da Comissão dos Trabalhadores alertam-nos para a visita que temos ainda que fazer.

Estamos na secção de tornos. Vimos aqui em visita de homenagem, em peregrinação. Ouvem-se os motores que giram. A pequena distância da entrada apontam-nos uma máquina que está agora parada:

— É o torno com que trabalhava o camarada Bento Gonçalves!

O torno do Bento! O torno que o celebrou no Arsenal. Com aquela pesada máquina ele fez escola. Escola do proletário consciente. Escola de companheirismo, de homem solidário, atento aos outros, aos seus problemas, ao seu custoso labor.

O seu substituto no labor do torno chama-se Ernesto da Silva Santos. Trabalha no Arsenal há 28 anos.

Diante de nós, jovens e adultos escutam a conversa: o exemplo de Bento, a sua projecção no tempo, na batalha pelo pão, pelo futuro, na construção do mundo novo. A batalha dos jovens, de todos nós, para que Portugal seja um país livre e de um povo soberano.

E uma visita rápida. Passámos depois à secção de electricidade. É o Luís Pinheiro Costa que nos conduz. Ele quer levar a reportagem do «Avante!» à sua secção, mesmo que seja breve a permanência. E na realidade assim é. Lastima-se.

Passámos diante da oficina de dragagem e zincagem, mas aí não entramos; registámos apenas o nome.

Das lutas de ontem às lutas de hoje

Há novamente apresentações. Dividimo-nos em grupos na secção da caldeiraria naval. Grandes máquinas. Lanchas em fase final de construção. Ao fundo, os pinheiros. Do outro lado os guindastes, o céu azul, as cinco linhas para a construção de navios. Logo a seguir o Tejo, à espera do momento solene em que deve abrir as suas águas, para receber a nova unidade naval, que não se sabe quando sairá. A Indústria de construtores está em crise.

Entre a secção de caldeiraria e a de construção naval devemos intercalar uma companhia que se liga ao grupo. Ela conhece um novo aspecto da vida do Arsenal: o das empregadas de escritório, que andam à volta das 50, com os seus problemas específicos: a insuficiência do período do parto, as dificuldades da creche agora surgidas, a carência do Infantário, complicada agora pelo facto de que o Infantário da Marinha vai limitar as inscrições.

Ferro e guindastes. Ferro que aquece durante o Verão, que gela as mãos no Inverno. Sol, vento e chuva e a labuta de cada dia feita ao sabor das alterações climáticas. Estes são traços dominantes da secção da construção naval, da secção onde o trabalho é mais duro e mais penoso.

Aqui faltam melos da elevação: Fazem-se estruturas metálicas para a MAGUE e blocos de proa para a LISNAVE.

Ouvimos as últimas reclamações do pessoal. Os salários são baixos. Os mais elevados atingem 6000 escudos. Esperamos que a nossa situação seja atendida.

Vem à baila a assistência médica, escassa, deficiente, que não corrige ainda os graves erros deixados pelo fascismo.

Marchamos agora lado a lado. Falamos dos velhos tempos do Arsenal, quando ele se localizava nas instalações vizinhas do Cais do Sodré. Das suas gloriosas tradições.

— Camaradas — dizem-nos um dos membros da comissão. — Não esqueçam que nós conduzimos este ano, em Fevereiro, em pleno fascismo, uma greve que durou dois dias; seguida a 100 por cento.

Sim, camaradas, o «Avante!» relatou, essa greve quando era ainda clandestino, pouco antes da madrugada histórica do 25 de Abril.

Não esqueçamos que o Arsenal de hoje escreve páginas que se encontram na continuação das suas melhores tradições.

Encontro fraterno

UMA VITÓRIA NASCIDA DA LUTA DOS PESCADORES

De um lado e de outro da mesa o ambiente é de descontração. Por detrás dos armadores, uma mesga do Tejo e da margem sul. Os representantes dos pescadores prosseguem a leitura da proposta do contrato colectivo. Alguns estão de pé, postados no ângulo da mesa. Outros integram-se conosco na assembleia que segue a discussão dos trabalhos.

Identificamo-nos. A conversa começa com o companheiro do lado. Ele representa ali os pescadores da Figueira da Foz. Estão presentes os representantes de outros portos de pesca.

— Pode dizer-me em que barco está a trabalhar?

— Eu estou a trabalhar no «Fernandes Tomás». Quisera despedir-me porque defendi os interesses dos pescadores.

O rosto é tostado de quantas brisas do mar alto! O peito largo. As mãos robustas.

— Há nove anos os «bandidos» prenderam-me. Fui denunciado na altura de uma luta dos pescadores lá na Figueira. Foram presos mais três. Queriam que eu dissesse que era do Partido Comunista. Estivemos lá vinte dias. Mas eu não disse nada.

Olha o papel onde tomamos notas. Tem um ligeiro sorriso. No topo do bloco está impressa a palavra «Avante!». Faz uma pequena pausa. Depois acrescenta:

— Sabe, eu também sou do Partido!

Olhámo-nos os dois. Encontro fraterno, ali, naquela assembleia, onde se traçam novas linhas para a vida dos pescadores.

As reivindicações dos pescadores

Queremos saber notícias da última greve dos pescadores.

— Sim, estivemos dezasseis

dias em greve. Começámos no dia 7 do mês passado. Foi uma luta importante.

— Quais eram as reivindicações?

— As reivindicações que nós punhamos eram 4000 escudos de ordenado, um e meio por cento e 40 escudos por cada dia de mar. Mas acordámos em receber 3000 escudos, um virgula dois de percentagem e 40 escudos de ordenado e um quilo de peixe por dia. Isto foi lá o resultado das conversações dos armadores.

— Na Figueira da Foz?

— Não. De Norte a Sul do País.

E as conversações que agora estão a ter?

— É para concretizar certas propostas que estavam feitas. Mas já está aplanado o caminho para o contrato colectivo.

— Quais eram as condições em que se encontravam antes deste contrato?

— Tínhamos um conto e duzentos de ordenado, um virgula um de percentagem e 60 escudos de cada dia de mar. Foi uma melhoria da nossa situação.

— Resultante de quê?

— Ora, se não fosse o 25 de Abril... «eles» não deixavam ir isto por diante. Depois foi a nossa unidade a unidade dos pescadores. Devemos dizer também que foi o nosso sindicato que nos ajudou.

A discussão entre as delegações dos armadores e dos pescadores prossegue.

— Qual é a posição dos armadores neste momento? Aqui está apenas um reduzido grupo. No caso do contrato ser aprovado, o que vão fazer os outros armadores?

O nosso interlocutor explica de forma sintética:

— A posição dos armadores! Eles ainda estão muito contra nós. Mas as coisas agora têm de ir. Depois, estes estão aqui mandatados pelos outros. Isto quer dizer que todos eles serão obrigados a

O «AVANTE!» EM PENICHE COM OS PESCADORES

Peniche não é, apenas, o nome de uma sinistria prisão-fortaleza, onde milhares de patriotas sofreram e viveram encarcerados durante largos anos. É, também, uma grande vila laboriosa, onde se labuta duramente pelo pão de cada dia — um dos maiores portos de pesca do País, onde a captura, a venda e a conserva do peixe empregam milhares de trabalhadores.

Cada povoação do nosso país tem o seu cariz social, os seus problemas mais ou menos agudos, herdados de dezenas de anos de exploração e infelicidade do nosso povo pelos fascistas apupos do Poder. Problemas de remuneração do trabalho, de assistência e segurança sociais, de habitação, higiene, saúde, abastecimento públicos — tantos que seria difícil enumerá-los.

O cariz social de Peniche é a sua classe piscatória e a actividade do seu porto de pesca; os problemas, um mar de les, quase tão vasto como aquele que lhe belia as areias e as rochas.

O «Avante!» foi a Peniche. A nossa reportagem andou por lá, conversou, conviveu com os pescadores em terra e no mar, interviu-se dos problemas que os preocupam e que, afinal, muitos deles dizem também respeito ao conjunto dos pescadores portugueses.

«Não somos joguetes de quem aparece!»

Os pescadores de Peniche, logo após o 25 de Abril e com a ajuda do M. F. A., puseram à frente da Casa dos Pescadores uma comissão directiva com homens da sua confiança, dos que andam lá pelo mar, numa faina sempre esgotante e perigosa. Foram 1000 participantes numa reunião geral, uma representatividade que logo saltou aos olhos.

Claro, a posse da Casa dos Pescadores foi o ponto de partida para uma realização mais própria de classe, aquela que o regime fascista derrotado sempre vedou pela violência aos pescadores portugueses — a criação do seu sindicato.

E é aqui que as coisas começam a torcer porque, não se sabe como, nas costas da classe piscatória, sem a ouvir, para nada, se começou a decidir em questões duma grande importância para a sua organização sindical futura.

«Tudo começou — dizem-nos dirigentes prestigiados da Casa dos Pescadores — quando recebemos, primeiro, uma carta assinada por uma «comissão directiva» (quem a constituiu, quem a compunha?) e um mês depois outra, esta já assinada por um capitão da Marinha Mercante, um mestre e um doutor, pessoas não pertencentes à classe piscatória. Ficámos a perguntar uns aos outros como podia uma tal «comissão» falar em nome, ou sequer representar, 6000 pescadores de todo o País.

Podemos ouvir outras opiniões e todas são concordes numa coisa: não se pode assim com ligeireza pensar num «sindicato único» nacional e agregá-lo ao sindicato do pessoal da Marinha Mercante — que tem a sua própria característica profissional, bem diferenciada dos pescadores — «Nem todos os que trabalham em terra têm o mesmo ofício, nem todos os que

trabalham no mar pescam o peixe...»

Sindicato único, sim — mas discutido pelos pescadores

Sim, este espírito do «sindicato único» dos pescadores portugueses não pode cair numa só rede. «É preciso — dizem-nos o mesmo dirigente — que se criem condições para que a classe conheça e discuta democraticamente as formas futuras da sua organização sindical, tendo à frente dos olhos a sua unidade de classe e a defesa dos seus interesses. E que se aproveite a ajuda e a experiência da Intersindical, que tem já 200 sindicatos com quase 1 milhão de sócios.

Só depois disso os pescadores — e só eles — devem decidir o que querem e organizarão então o seu sindicato único para todo o País.

Bem, o «Avante!» está com os pescadores, acompanha-los às suas lutas e iniciativas e estará sempre aberto aos seus problemas e solicitações.

Oportunamente, abordaremos outros problemas dos pescadores de Peniche.



HERBICIDAS QUEIMAM MELOAIS:

Os camponeses pedem indemnizações à SAPEC

Um grupo de seareiros de melão viu as suas searas — como acontece todos os anos — atacadas pelos herbicidas que uma avioneta da SAPEC de-cuidadamente lançou sobre as suas culturas. Os seareiros, que tentaram dialogar com a administração da SAPEC, exigem indemnizações correspondentes às perdas e, que a SAPEC faça as suas pulverizações, com o máximo cuidado e rigor, levando em conta o trabalho enterrado pelos camponeses nos campos de Vila Franca.

O «Avante!» esteve nos

campos com os seareiros atingidos e, em convívio com eles, verificou que não só os seareiros estão dispostos a ir a tribunal defender os seus direitos, tendo constituído advogado, como, desde análises de terra, até às de folhas queimadas, se muniram de uma série de provas científicas. Os seareiros, prevenidos, fotografaram mesmo a avioneta, para que todas as provas existissem, com carácter documental, e para que a própria SAPEC, tenha possibilidades de verificar as condições, em que os herbicidas atingiram os meloais.

A avioneta estava a sobrevoar. O vento estava Norte-Sul e a nuvem de herbicidas queimou as nossas searas em 23 hectares! — confirmou um dos camponeses atingidos. — Pagamos de renda 11 contos por hectare pelo subarrendamento. As searas ficam todas queimadas. Se não exigirmos à SAPEC, o pagamento de indemnizações, acabamos por perder o valor do nosso próprio trabalho durante três meses. Toda a gente no campo vende melão, enquanto os nossos estão ainda mirrados!

Fomos todos em conjunto à SAPEC em Lisboa, mas disseram-nos que só em Setúbal podíamos tratar do assunto. Lá não ligaram absolutamente a nada e nunca cá vieram verificar os prejuízos, lá são três ou quatro queimas que fazem nos campos dos meloais e nunca ligam nada e recusam-se a pagar no total dos prejuízos feitos por eles. Esta seara, segundo os engenheiros de Oeiras, que vieram cá, foi queimada pelo Propanil. E, a concluir, os camponeses mais atingidos referiram:

Nós temos confiança na solidariedade dos seareiros de melão de toda a zona e até nos tribunais, que, após o 25 de Abril, vão funcionar contra os monopolistas de modo diferente de até agora.

PARA TRANSFORMAR O MUNDO, COMPREENDER O MUNDO

LEIA

O que é A INFLAÇÃO
armando castro

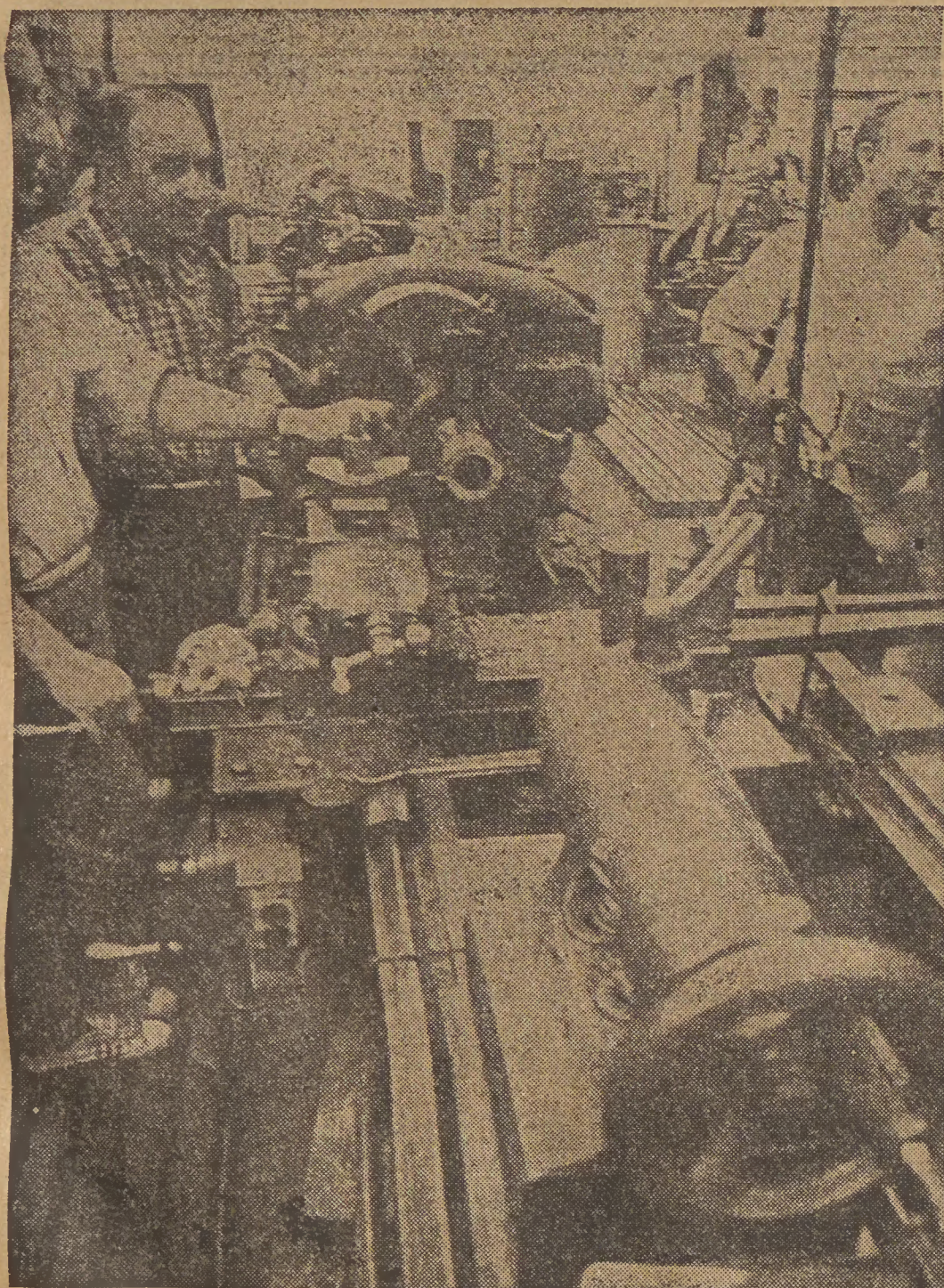
O que é A REFORMA AGRARIA
blasco hugo fernandes

A ECONOMIA PORTUGUESA DO SÉC. XX (1900/1925)
armando castro

ANTROPOLOGIA: CIÊNCIA DAS SOCIEDADES PRIMITIVAS
m. godolier, s. tornay, etc.

EDIÇÕES 70

Av. Duque de Ávila, 69, r/c, esq.
T. 55 68 98/lisboa 1



Aqui trabalhou Bento Gonçalves, primeiro secretário-geral do nosso Partido, assassinado no Tarrafal. Antes de dirigir o seu Partido, as suas mãos dirigiram, com mestria, este velho torno do Arsenal da Marinha

o guindado ao cargo de secretário-geral do partido da classe operária.

O Arsenal foi um velho bastião, que deu aos trabalhadores portugueses o núcleo de activistas que havia de empreender, com Bento, a ingente tarefa de criar um partido marxista-leninista, um partido de tipo novo.

Foi um centro de luta operária, decisivo em circunstâncias precárias, quando o fascismo tentava impedir pela violência a organização e a luta dos trabalhadores portugueses, no domínio económico, político e sindical.

A actividade da Comissão

Luís Pinheiro Costa fala-nos da actividade da Comissão dos Trabalhadores, da sua eleição por processos democráticos, das suas tarefas actuais.

— Mas já antes do 25 de Abril existia uma comissão de unidade do

aceitamos medidas que venham pôr em perigo a liberdade sindical.

Aguardamos a saída da lei sobre a organização sindical para elaborarmos um estatuto, realizar um plebiscário e decidirmo-nos pelo tipo de sindicato que pretendemos, pela estrutura sindical em que devemos filiar-nos.

Na reunião mencionada foi aprovada uma moção, datada de 30 de Julho, dirigida ao ministro do Trabalho, para chamar a atenção sobre o facto de que a legislação anterior os mantinha afastados das actividades profissionais semelhantes à sua no sector privado.

A subcomissão sindical continua uma actividade de informação e de debate público, para encontrar a justa solução para a formação do seu sindicato.

O Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha desempenhou no passado um papel relevante na criação e de-

gritante contraste com a secção de desenho. À pacatez desta sucedeu-se o ruído dos motores, o barulho geral que enche o vasto pavilhão.

O pessoal espera-nos. Há um traço de simpatia em muitos rostos. Formam-se grupos à nossa volta. O mestre avança, sorridente.

— O que podemos dizer no «Avante!» sobre os problemas da empresa?

— Diga que o Arsenal precisa de renovar as suas estruturas, que estão velhas, ultrapassadas. Podemos dar ao País mais barcos. Não barcos de guerra. Temos condições para o fazer. E temos também operários competentes.

Os jovens escutam, atentos, o diálogo que estabelecemos.

— E vocês? Nada têm a dizer? Estão satisfeitos com os salários que ganham?

É visível que não estão. As promessas são demoradas. O salário

A campanha anticomunista

«Só recorrem à calúnia os que não têm o apoio do povo» — afirmou Octávio Pato em Arruda dos Vinhos

A violenta e histórica campanha anticomunista que se tem desenvolvido pelo País, nestas últimas semanas, é a prova de que a reacção não se deu por vencida e que tenta mesmo voltar ao passado. No passado, o PCP foi o alvo principal da repressão fascista. No presente, é ainda o PCP e os comunistas portugueses que continuam a ser o alvo principal de todos os grupos reacçãoários. E isso por quê?

O problema foi posto nestes termos, por Octávio Pato, membro do CC do nosso Partido, no comício realizado no passado sábado em Arruda dos Vinhos, perante uma assistência entusiástica calculada em

combativa força em luta pelo derrocamiento do fascismo e por uma vida melhor para todas as classes laboriosas.

Campanha furiosa

Hoje, é também porque os comunistas são uma das principais forças em que assenta a democratização do País, e por isso que a reacção desencadeia uma furiosa campanha contra o PCP e os seus dirigentes. No passado tal como no presente, a histeria anticomunista representa os esforços das forças mais reacçãoárias com vista a impedir a democratização do País, com vista a atrasar o fim das guerras e a manter intacto o poder dos monopólios, com vista a impedir o progresso do País.

No passado, como os comunistas actuavam ou viviam na clandestinidade, eram apresentados como papéis e havia quem fosse ao extremo de dizer que até comiamos crianças. Hoje, como não é possível usarem as mesmas mentiras, agora, dizem que certos dirigentes do Partido, nomeadamente o camarada Cunhal, vive no Hotel Avis, que tem uma das maiores fortunas do País, que possui grandes propriedades, etc.

A calúnia é uma espécie de símbolo a caracterizar as forças e grupos condenados pela História. Só recorrem à calúnia os que não têm o apoio do povo. E por esta mesma razão que os grupos fascistas ou mercenários que estão a orientar a campanha anticomunista, assim como os mercenários que mobilizam, se vêm forçados a actuar clandestinamente e às escondidas do povo. Este facto mostra, e claramente, que o anticomunismo dessas pessoas visa não apenas o PCP mas todas as forças democráticas, incluindo o Movimento das Forças Armadas.

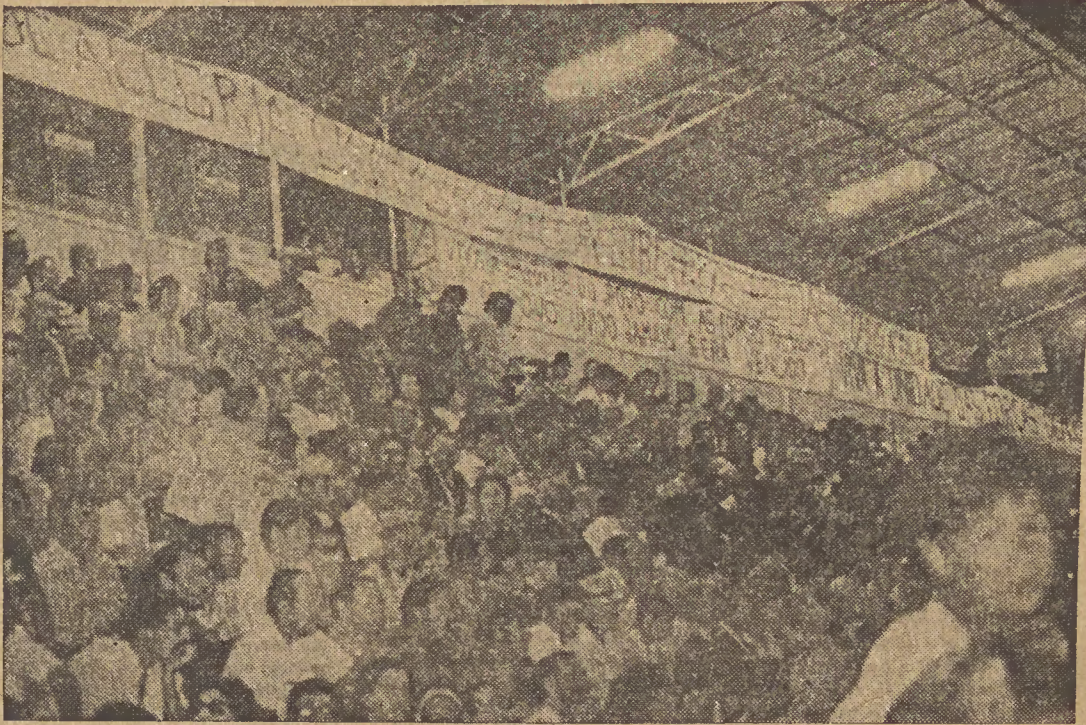
Luta diária e constante

Tentar dividir as forças democráticas e muito particularmente o PCP, o PS e o MDP, e quebrar a aliança do Movimento das Forças Armadas, esse é o objectivo principal da histeria anticomunista organizada pela grande finança, pelos monopólios e seus agentes. Os esforços que a reacção tem desenvolvido neste sentido têm frassado. Pode mesmo dizer-se que as tentativas da reacção para travar o actual processo democrático se têm virado contra essas mesmas forças e que a reacção se isola cada vez mais. Estamos certos que assim continuará a suceder!

A terminar, Octávio Pato acrescentou:

A luta pela democratização do País é uma luta diária, constante, e uma luta que deve abranger e unir todos os portugueses interessados em ver o nosso país libertar-se do atraso e da miséria resultantes de cerca de 50 anos de reinado fascista.

A unidade das forças democráticas e populares em aliança com o Movimento das Forças Armadas é uma condição essencial para se continuar a avançar e para fazer frassar todas as manobras da reacção.



FARO E PORTIMÃO FESTEJARAM OS NOVOS PASSOS NO CAMINHO DA DESCOLONIZAÇÃO

Cerca de 20 mil pessoas compareceram no Estádio de S. Luís, em Faro, para saudar o reconhecimento do direito à independência dos povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, participando num grande comício organizado pelo MDP. Unidade, Apoio ao Movimento das Forças Armadas e Apoio ao Governo Provisório foram gritos incessantemente escutados.

Usaram da palavra, Lino de Carvalho, do MDP, Gráça Mexia, do MDM, José Manuel Raimundo, do MES, uma representante da Inter-sindical do Algarve, Almeida Carrapato, do PS, Rafael Leandro, do MJT e José Magro, do CC do PCP. Todos os oradores se congratularam com o novo e decisivo passo dado no caminho da descolonização, e apelaram para a unidade como única forma de vencer a reacção e conduzir o país para uma verdadeira democracia.

O camarada José Magro, depois de uma breve caracterização do 25 de Abril, referiu-se às manobras anticomunistas dos reacçãoários e ao fracasso das suas tentativas para travar o processo democrático, reconhecendo, para esse efeito, a uma intensa campanha anticomunista, que é também dirigida contra as forças democráticas em geral e a Democracia. Referiu-se largamente ao significado histórico da declaração sobre o reconhecimento da independência dos povos africanos sob domínio português, abordando depois as grandes tarefas do momento: continuação do saneamento e destruição total das estruturas políticas do fascismo e sua substituição por estruturas democráticas, nomeadamente no que respeita às autarquias locais e organização corporativa; institucionalização rápida da liberdade e direitos, de modo que não sejam arbitrariamente postos em causa; continuação da melhoria das condições de trabalho e de vida das classes trabalhadoras, através de uma política social

correcta e urgente; uma política económica e financeira que assegure o desenvolvimento económico e crie condições de vida aos pequenos e médios empresários; na sequência da abertura diplomática com a URSS e os outros países socialistas, reforço da situação económica e política, interna e externa.

No final foram aprovadas moções de saudação e apoio ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. A assistência, de pé, entou depois o hino nacional.

Manifestação unitária em Portimão

A praça em frente da Câmara Municipal de Portimão transbordou de gente, que viveu de forma entusiástica o acto político que realizou a adesão das forças democráticas e das massas populares aos gloriosos combates do 25 de Abril, ao Movimento das Forças Armadas e ao Governo Provisório.

Calcula-se em mais de 12 mil pessoas o número de participantes que encheram a praça e o começo das ruas vizinhas. Tomaram parte nesta manifestação de massas, delegações de Silves, Lagos, Lagoa, Mexilhoeira, Messines e outras localidades do Algarve. Usaram da palavra oradores do Movimento Democrático Português, do Partido Socialista e do Partido Comunista, que assinalaram o significado do acto comemorativo e alguns dos mais importantes aspectos da situação política nacional.

MJT, representantes do PS e do MDP de Campo Maior, e Carlos Figueira, militante do PCP de Campo Maior.

Os temas mais referidos foram a unidade das forças democráticas, o problema do saneamento, a vaga de despedimentos, a reforma agrária e o direito de voto aos 18 anos. Foi salientado por todos os oradores o papel do Partido na luta do nosso povo pelo derrocamiento do fascismo.

Foi salientada a importância histórica da declaração do Governo sobre o reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias portuguesas. António Gervásio leu uma moção ao Senhor Presidente da República que foi aprovada por aclamação.

MONTE-MOR-O-NOVO — Realizou-se no dia 3 às 19 horas no Largo da Matra um comício com 4000 pessoas em que falaram representantes do PCP, PS, MDM e MJT. Foi lida e aprovada uma moção a enviar ao Senhor Presidente da República. Depois de curtas intervenções, seguiu-se uma manifestação pelas principais ruas da vila cantando a multidão «Avante, Camarada», «Grândola Vila Morena», etc.

ESCORIAL — No dia 30 realizou-se uma homenagem ao camarada Salvador Romão, vítima dum acidente de trabalho em 30/7/73. Houve uma romagem ao cemitério onde se depuseram flores e se guardou um minuto de silêncio em sua memória. Fizeram-se diversas intervenções sobre a personalidade deste camarada, como militante dedicado à luta do povo e ao seu partido. Uma das ruas da sua terra ficará a perpetuar o seu nome. Foi aprovada uma moção a enviar ao Senhor Presidente da República de apoio dos trabalhadores e do povo de Escorial ao segundo Governo Provisório e ao MFA.

CAMPO MAIOR — Cerca de 3000 pessoas assistiram no dia 3 a um comício em que participaram representantes de Portalegre, Elvas, Lisboa, e delegados do PS e do MJT. Foram oradores António Gervásio do CC do PCP, José Leão e sua mulher, membros do Partido, um jovem do

PROBLEMAS DA CLASSE OPERÁRIA E DA VIDA DOS TRABALHADORES ABORDADOS NUM COMÍCIO EM ESPINHO

Uma grande jornada popular de massas, no passado dia 3, em Espinho, incluiu-se com a homenagem pelo povo ao médico comunista Ferreira Soares. Centenas de pessoas concentraram-se frente a uma lápide descorada na antiga Rua 19, com os dizeres: Rua Ferreira Soares, assassinado pela PIDE. José Carlos Almeida, membro suplente do Comité Central e da DORN do PCP, destacou a personalidade militante de Ferreira Soares, assassinado traçoicamente em 1943, em sua casa, pelos criminosos da PIDE.

A noite, decorreu um grande comício, com cerca de 5000 participantes. Num ambiente de entusiasmo, as intervenções dos camaradas eram pontuadas pelos estribilhos e palavras de ordem PCP! PCPI, Abaixo a reacção! Unidade, Vigilância, Julguemos os pides assassinos e outras.

Foram abordados os problemas políticos gerais e os problemas dos trabalhadores industriais bem como os dos camponeses.

Maria Alda Nogueira, do CC do PCP, saudou todos os presentes em nome da direcção do Partido. Fez uma análise da «viragem histórica» que significa para os povos portugueses e das colónias portuguesas a «política oficial do Estado Português» reconhecendo aos povos das colónias o direito à independência. O fim da guerra, disse, reivindicação prioritária da nossa juventude e de todo o povo, começa agora a desenhar-se. As palavras da nossa camarada foram

sublinhadas pelas manifestações de regozijo de todos os presentes, que gritaram Vigilância! quando foram referidos a seguir os ataques continuos da reacção que não desarma e se manifesta contra os passos fundamentais já dados a partir do 25 de Abril.

José Carlos Almeida desmascarou também as manobras dos fascistas e reacçãoários que se organizam clandestinamente, apelando para uma resposta enérgica, contra esses maneios e em defesa da ordem democrática.

Intervieram ainda, além de António Santos e Rolando Sousa (do MDP e do PS) o sindicalista Rufino Cunha, Henrique Florentino, do MJT, Vasco Paiva, do CR das Belas, trabalhadores de células de empresa e um estudante da UEC.

Foi analisada dentro da conjuntura actual a situação dos operários de grandes empresas como a COREL, COTESI, bem como os despedimentos verificados nas tapeçarias Mimos, Fontes, Saranago, na Auto-Viação de Espinho e outra. Paralelamente, foram salientados os problemas da habitação, assistência médica, bem como o papel dos sindicatos como verdadeiros defensores dos interesses dos trabalhadores.

Na sua intervenção, Vasco Paiva referiu ainda a sanha com que a reacção pretende atacar uma querela religiosa, perfeitamente falsa e nociva. Salientou que essa tentativa acompanha a vaga de calúnias contra o Partido, que propala a ideia de que o PCP pretende expropriar as terras quando preconizamos medidas que salvem os camponeses, nomeadamente com a concessão de créditos a juro módico, o fornecimento de equipamento técnico e boas condições de fornecimento de adubos, insecticidas e fungicidas, integradas numa verdadeira reforma agrária.

O comício foi presidido pelo dr. Jorge Soares, filho de Ferreira Soares, a quem fora antes pre-tada sentida homenagem. Na sua intervenção, lembrou a dedicação de seu pai à luta do nosso povo, apelando para que nas fábricas ou nos campos, no café ou na rua, defendamos com toda a energia o programa maravilhoso do nosso Partido.

Foi guardado um minuto de silêncio em memória do grande comunista e combatente antifascista.

Depois do comício, o entusiasmo dos participantes transbordou para a rua, onde se fizeram desfiles e se deu largas à satisfação pelos progressos já alcançados na via da Democracia em Portugal.

UMA INICIATIVA DO MJT

ACAMPAMENTOS EM VÁRIOS DISTRITOS

Organizado pela Comissão Central do MJT, vai realizar-se um acampamento, de 10 a 18 deste mês.

Esta iniciativa, que tem o apoio do Governo Provisório

através do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, que subsidia e facilitou a aquisição de material, e da Câmara de Torres Vedras (sobretudo no fornecimento de luz eléctrica), destina-se a aproveitar a época das férias dos jovens para confraternização a fim de aumentar os laços de amizade entre eles e discutir os problemas da juventude trabalhadora.

O acampamento distribui-se por vários distritos sendo o de Lisboa em Santa Cruz; o de Santarém em Cernache; o de Leiria em S. Pedro de Muel; o de Évora no concelho de Vidigueira; o de Coimbra na praia da Gala (próximo da Figueira); o de Setúbal em Grândola; e o do Porto na Póvoa de Varzim.

Foi também elaborado um variado programa de actividades que será aplicado a nível nacional.

Espera-se grande afluência de jovens (entre 250 a 300 só no distrito de Lisboa) estando a sua partida prevista para os dias 10 e 15 e o regresso para 11 e 18. A concentração dos participantes do distrito de Lisboa far-se-á às 9.30 no Parque Eduardo VII, sendo os transportes (já garantidos), gratuitos.

Camarada: lê e difunde o AVANTE!. Organiza postos e grupos de venda do teu jornal, o jornal dos trabalhadores.

Novos livros Estampa

JULHO
OBRAS ESCOLHIDAS
DE GRAMSCI

2 volumes
Coleção Teoria, n.º 21 e 22
Preço: 100\$00

A REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA
ALEMA

M. e J. Tailleir
e B. di Crescenzo
Coleção Praxis, n.º 24
Preço: 80\$00

QUE FAZER?

Lénine
Coleção Praxis, n.º 12
Preço: 60\$00

CAUSAS
DA II GUERRA
MUNDIAL

Biblioteca Básica de Cultura, n.º 18
Preço: 30\$00

O CONCÍLIO
DO AMOR

Oscar Panizza
Coleção Clássicos de Bolso, n.º 17/18
Preço: 50\$00

EDITORIAL ESTAMPA
Rua da Escola do Exército, 9, f.c., dto.
Telefone 555663 Lisboa 1

ASSINA
O
"AVANTE!"

REUNIÕES E COMÍCIOS

FERREIRA DO ALENTEJO — Cerca de 3000 pessoas participaram na manifestação convocada pela Comissão Conciliadora do PCP para o último sábado. Usaram da palavra vários oradores do PCP, salientando a importância da recente declaração presidencial sobre a independência das colónias, sendo negociada com os seus legítimos representantes, isto é, os movimentos de libertação. No final foram aprovados telegramas de apoio a enviar ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro.

VALE DE VARGO — Na passada sexta-feira, realizou-se uma grande manifestação de regozijo pelo fim da guerra colonial e pelo reconhecimento do direito dos povos à independência. Cerca de 2000 pessoas, quase toda a população, acorreram ao adro da igreja para saudar o MFA e o Governo Provisório. A manifestação foi convocada pela Comissão de Freguesia do PCP.

JUVENTUDE DE PIAS — No sábado realizou-se um comício organizado pela Juventude Trabalhadora de Pias, a que assistiram cerca de 4000 pessoas. Usaram da palavra jovens trabalhadores e estudantes, que focaram temas relacionados com a questão agrícola, o fim da guerra colonial, o papel da juventude na vida política, a renovação do ensino e da cultura. Falou em último lugar o camarada Francisco Miguel, do CC do PCP, que se referiu especialmente à reforma agrária. No final da sua intervenção respondeu a perguntas formuladas pela assistência, nomeadamente questões sobre comunismo e a forma como foi realizada a Reforma Agrária na União Soviética. O comício terminou com canções revolucionárias alentejanas interpretadas pelo Grupo Coral Comunista de Pias.

GRÂNDOLA — No dia 1, teve

lugar um grandioso comício de apoio à declaração do Presidente da República sobre a independência das colónias, organizado pelo PCP, PS, MDP, MJT e MDM. A concentração teve início no Jardim 1.º de Maio, às 19.30 horas. Daqui, com a banda da música à frente e várias bandeiras nacionais, cantando o «Avante Camarada» e «Hando vivas à libertação dos povos irmãos», uma multidão de perto de 5000 pessoas marchou em cortejo até à Câmara Municipal. Aqui, sob o maior entusiasmo e ambiente unitário, dando vivas à unidade e ao PCP e com o «slogan» «A vitória é difícil mas é nossa», usaram da palavra vários oradores, que puseram a nu a guerra criminosa imposta pelo fascismo a que o PCP e outros movimentos progressistas sempre se opuseram, lutando pelo reconhecimento dos povos à independência e pelo fim da guerra. A assistência aprovou uma moção a enviar ao Presidente da República de apoio e «Júbilo pela independência das colónias». Cantando «A Portuguesa» em ambiente de festa e camaradagem, o comício terminou deixando em cada um dos presentes mais forte a ideia de unidade contra a reacção e de luta pela consolidação da democracia em Portugal.

ALCÁZER DO SAL — Alcázer do Sal viveu mais um dia grande. Organizada pelo PCP, PS, MDP, MJT e MDM, teve lugar uma manifestação de apoio à declaração de independência para as colónias feita pelo Presidente da República. Vindos de várias freguesias do concelho, onde predominam os trabalhadores agrícolas, a concentração teve início na Praça Visconde de Alcácer. Em cortejo, uma multidão avulada em milhares de pessoas dava vivas à unidade, ao PCP, ao PS, ao MDP e ao MFA. Junta à Câmara a multidão deu largas ao seu regozijo. Falaram

vários oradores representantes dos partidos e movimentos presentes. A manifestação terminou com todos os participantes entoando «A Portuguesa».

BARREIRO — No dia 1 realizou-se uma jornada de regozijo pela independência das colónias. Começou com uma concentração no Bairro Novo da CUF. Seguiu-se um desfile com cerca de 3000 pessoas até ao Parque Catarina Eufémia, onde se realizou um comício de apoio à declaração do Presidente da República sobre a independência das colónias.

Foram oradores os representantes do PCP, PS, MDM e Comissão Portuguesa para a Paz e Cooperação. As palavras de ordem mais ouvidas foram: «A esquerda unitária será vencida», «Saneamento», «PAIGC, FRELIMO, MPLA», «UNIDADE». Cantaram-se o «Avante», «A Portuguesa», «Grândola», etc.

MARATECA — Realizou-se um comício no dia 3, em Aguas de Moura, organizado pela Comissão de Freguesia da Marateca.

Foram oradores: António Correia e António Sombreiro, da Comissão de Freguesia da Marateca, Maria Edite Amaro da Comissão Conciliadora de Palmela, Luís Carlos Amaro e Henrique Mateus da Comissão Conciliadora de Setúbal e Carlos Domingos da DORS. Palavras de ordem mais ouvidas: PCP, o povo unido jamais será vencido, a vitória é difícil mas é nossa, abaixo a reacção, unidade, etc.

CAMPO MAIOR — Cerca de 3000 pessoas assistiram no dia 3 a um comício em que participaram representantes de Portalegre, Elvas, Lisboa, e delegados do PS e do MJT. Foram oradores António Gervásio do CC do PCP, José Leão e sua mulher, membros do Partido, um jovem do

Façamos o processo dos criminosos da PIDE-DGS

DEPOIMENTO DE MARIA DA PIEDADE GOMES

O fascismo é igual em toda a parte, diz-nos Maria da Piedade Gomes (militante do Partido desde os 15 anos), no momento em que revive a angústia dos anos passados nas prisões de tortura, de crime, de violência, mantidas pelo fascismo.

Natural da Marinha Grande, onde cedo contactou com alguns dos mais valiosos militantes comunistas, Maria da Piedade passou a infância e a adolescência vivendo a luta dos trabalhadores da Marinha Grande, cujas acções criaram ecos no combate antifascista.

— Vivia no lugar do Salgueiro, rodeada de fábricas. Assisti à fascização dos sindicatos, conheci, ainda adolescente, grandes elementos de vanguarda na luta do proletariado da Marinha Grande, como José Gregório, António Guerra e outros camaradas que participaram no 18 de Janeiro de 1934. A vila esteve durante algumas horas no poder dos trabalhadores, com ocupação das fábricas, da GNR e da estação dos CTT. Na Marinha Grande, muitos camaradas foram presos, alguns vieram a morrer no Tarrafal. Eu tinha 14 anos, mas não me esqueci mais dessa luta.

«Foi na Marinha Grande que conheci o meu marido,

mas não se realizou aqui, porque se dizia, nessa altura, que os juizes eram mais benévols no Porto. Como se o fascismo não fosse igual em toda a parte!

«Embora declarando a nossa identidade de princípios e de adesão à luta em conjunto com os nossos companheiros, a nossa «culpa» era termos acompanhado os nossos maridos. Por este facto, apanhámos dois anos de pena correcional. Porém, dada a nossa identidade como os princípios do nosso Partido, eu e a Maria Luísa, fomos consideradas perigosas e sofremos medidas de segurança».

Uma luta grandiosa de solidariedade

«Avante!» — Passaste períodos particularmente amargos na cadeia, em virtude de uma doença grave, não é verdade?

— Quando do início da prisão, período muito difícil, de grande tensão nervosa e tortura, nomeadamente psicológica, declarei-me-me um tumor uterino, que se foi agravando devido à falta de assistência. Aos primeiros sintomas anormais falei com as

meu O que é que vocês, comunistas, pensam que são? Pensam que têm o poder nas mãos?», e fechou a porta com violência.

«Avante!» — E persistiram em negar-te a assistência do teu médico?

— Não, daí a pouco veio o meu médico, o dr. Sá Marques, que me aconselhou a ser operada. Fui operada por um dr. Sá Bandeira, que me tratou bem e me deu sempre os esclarecimentos que pedi. Tenho pena de não ter tido tempo para o procurar quando saí da cadeia, mas a PIDE andava atrás de mim e tive de regressar rapidamente à clandestinidade.

«Após a operação, passei razoavelmente, embora sempre com problemas de saúde. Depois dos seis meses de prorrogação de medidas de segurança, os meus advogados, dr. Mesquita e dr. Armando Bacelar, que foram sempre exemplares, meteram no tribunal um pedido de «habeas corpus», no momento preciso, de modo a impedir nova prorrogação. Nessa altura, até fui preso o dr. Mesquita, por causa da intensificação da campanha nacional e internacional pela minha libertação».

Mais um crime do fascismo

— Depois de liberta, em Setembro de 1964, fui para a Marinha Grande, para junto do meu pai, que havia assinado o termo de responsabilidade pela minha libertação. O meu pai, uma pessoa muito doente do coração, achava que ia viver alguns anos comigo a seu lado. Eu estava disposta a isso, pelo menos durante algum tempo, para lhe prolongar a vida. Mas a PIDE não deixou.

«Entretanto, vim a Lisboa para consultar o dr. Duda Soares. A PIDE deu pela minha falta na terra prendeu o meu pai durante dois dias e maltratou-o. Por movimentação da família e de pessoas da terra, libertaram-me intimando-o a apresentar-me no prazo de 48 horas ou a dar-lhes 50 contos, senão seria preso. O meu pai podia ter comunicado «comigo» dizer onde eu estava. Mas calou-se. Não tinha os 50 contos e não queria ser preso. No dia em que expirava o prazo, desesperado, suicidou-se. Aos 70 anos, considerava vexatória aquela situação. Incompreensões que temos de compreender».

«É claro que eu não soube de nada. Soube apenas que a PIDE andava a mover-me perseguição e, por conselho

dos meus advogados e ordem do meu Partido, recolhi à clandestinidade.

«Em Dezembro do mesmo ano reuni-me ao meu companheiro e na primeira noite que com ele passei, depois de sair da cadeia, passados seis anos e cinco dias de violência da PIDE nos ter separado, é que soube o que sucedera com o meu pai. Momentos que deveriam ser de alegria foram de uma dor que não quero recordar.

«Pensam que nós, comunistas, somos pessoas sobre-humanas, mas não somos. Isso afectou-me extraordinariamente. Estive meses sem poder dormir, porque mal fechava os olhos, via o meu pai morto.

«Com a saúde debilitada pelo que passara na prisão e o choque, tive um esgotamento geral. Os camaradas proporcionaram-me todas as condições para me tratar, levando-me para os locais melhores, onde não me faltava carinho. Mas demorei muito para recuperar psicologicamente. Sempre compreendi que não fora responsável, mas por outro lado, sentia a responsabilidade.

«O que se passou foi mais um crime da PIDE. Eu preferia ter voltado durante anos para a cadeia do que se ter passado o que se passou.

«Depois, a minha vida foi a de todos os clandestinos, até que o 25 de Abril nos permitiu voltar ao convívio de todos, para, juntos, construirmos um Portugal verdadeiramente livre e democrático».

«Depois, a minha vida foi a de todos os clandestinos, até que o 25 de Abril nos permitiu voltar ao convívio de todos, para, juntos, construirmos um Portugal verdadeiramente livre e democrático».

Cerca de 1500 pessoas assistiram em Alcobaca ao primeiro comício legal do Partido Comunista Português. Na sala decorada com várias bandeiras do Partido, viam-se ainda palavras de ordem.

Tomaram lugar na tribuna representantes do PS, MDP, MJT, PPD, UEC, delegações do PCP de Valado de Fozes, Caldas da Rainha, José Simões, da direcção da Organização do Oeste Ribatejo do PCP; João

NOTA DO PCP

AS MANOBRAS DA REACÇÃO

1. O Partido Comunista Português chama a atenção para o facto de que, apenas alguns dias depois da formação do novo Governo Provisório e da solene declaração do direito dos povos das colónias portuguesas à independência, se desenvolve uma frenética campanha reaccionária e anticomunista, com poderosos meios financeiros e que tudo indica assenta em grande parte, em organizações clandestinas.

Entre os meios utilizados, conta-se a edição e afixação de dezenas de milhares de cartazes provocatórios, que, apenas três meses depois do derrubamento da ditadura, retomam abertamente a ideologia e os métodos fascistas.

Esta campanha visa, em primeiro lugar, o Partido Comunista Português, porque a reacção conhece o papel político de primeiro plano que o PCP desempenha no actual curso democrático de política nacional.

Mas visa, também, com toda a nitidez, as forças democráticas no seu conjunto, o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório.

O anticomunismo tornou-se uma forma preferencial da luta contra a liberdade e a democracia.

2. Acompanhando a provocatória propaganda anticomunista, desenvolvem-se acções organizadas que têm a inconfundível marca fascista.

Os graves incidentes registados na Câmara Municipal de Loures, em que pequenos grupos facciosos usaram a violência para tentar expulsar da Câmara os seus dirigentes, mostra o ponto a que chegou a provocação fascista.

Sublinha-se também que «esquerdistas» pseudo-revolucionários, com consignas e actos irresponsáveis, continuam a fazer abertamente o jogo da reacção.

O PCP lastima ter de verificar que, ante a ofensiva de forças reaccionárias, se manifestaram

em alguns casos, certas incompreensíveis passividades, incluindo da parte de quem tem a seu cargo a defesa da segurança dos cidadãos e da ordem democrática.

As acções referidas constituem, nos termos do Programa do Movimento das Forças Armadas, nítidos actos de «agressão ideológica», que como tal devem ser impedidos e sancionados.

É legítimo esperar e exigir que sejam tomadas as medidas necessárias para pôr cobro às acções provocatórias da reacção e assegurar um clima de paz, e confiança indispensável para o bom êxito do processo que conduzirá à independência dos povos submetidos ao colonialismo português e para o prosseguimento da democratização, até à realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte.

3. A campanha de provocações não pode deixar de suscitar vivas e legítimas reacções.

As forças democráticas têm o direito de exigir as medidas necessárias para que cesse tal campanha, para que os seus autores e inspiradores sejam desmascarados, para que sejam descobertas e desarticuladas as organizações fascistas clandestinas, para que não se permita que a reacção beneficie de tolerância ou apatia com o fim de criar um clima de divisão, de ódio, de agudização de conflitos e condições propícias a aventuras contra-revolucionárias.

O PCP manifesta as suas apreensões pelo facto de que, ao mesmo tempo que se verifica certa tolerância na luta contra as conspirações e actividades da direita reaccionária, se tomam medidas de severidade contra outros sectores. É inquietante para o exercício das liberdades a suspensão do «Diário de Lisboa», «A Capital» e «República», por razões que não foram ainda explicitadas.

O PCP defende a institucionalização.

lização de amplas liberdades e o respeito pela ordem democrática. Isso significa, antes de mais, garantir o exercício das liberdades, e não deixar que as forças antidemocráticas e contra-revolucionárias as invoquem para prepararem a sua liquidação.

4. O PCP considera que, apesar de certas contradições e dificuldades no actual sistema de Poder, as autoridades estão em condições de tomar as medidas indispensáveis para fazer frente às manobras e acções contra-revolucionárias.

Iniciativas descontroladas, que não tenham isto em conta, não facilitam, antes prejudicam, a luta contra a reacção.

A Comissão Política do CC do PCP critica firmemente quaisquer membros do Partido que actuem eventualmente de forma indisciplinada sem ter em conta a orientação geral definida pelo Partido e as indicações concretas para a sua acção recebida dos organismos superiores.

Entretanto, as forças democráticas e as massas populares não podem assistir passivamente à ofensiva reaccionária que, passada o pouco tempo da constituição do novo Governo Provisório, toma dia a dia formas diversas e contornos mais precisos.

As forças democráticas e as massas populares, mantendo grande serenidade e não se deixando envolver numa resposta taca a taca que só aproveitaria os inimigos da democracia, têm de estar vigilantes, desmascarar prontamente os actos da reacção, multiplicar as acções de esclarecimento, reforçar a sua unidade e as suas organizações, e solicitar, sempre que necessário, a intervenção do Governo e do Estado.

2 de Agosto de 1974.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

A aliança no terreno da acção entre os reaccionários e esquerdistas denunciada por Joaquim Gomes em Alcobaca



Joaquim Gomes. Em Agosto de 1952 passei para a clandestinidade, onde vivi 22 anos, que terminaram no 25 de Abril. Deixei a minha vida anterior, acompanhando o meu marido, dispostos a dedicar a nossa vida ao Partido.

«O meu companheiro foi preso em Janeiro de 1954. Eu continuei na luta clandestina. Em Outubro do mesmo ano ele conseguiu fugir da cadeia da PIDE no Porto. Novamente nos juntámos e continuámos a nossa vida de lutadores clandestinos».

O fascismo é igual em toda a parte

«Avante!» — Até Dezembro de 1958, em que ambos foram presos...

são correcional, aplicaram-se medidas de segurança?

— Sim, aplicaram-me três anos de medidas, ao fim dos quais sofri mais uma prorrogação de seis meses. Foi a primeira mulher, durante todo o tempo de fascismo, que teve prorrogação das medidas de segurança. Creio que, fundamentalmente, se tratou de uma questão de vingança. Como o meu companheiro se evadiu em 1960 da prisão de Peniche na célebre fuga dos 11, onde entrou o camarada Álvaro Cunhal, eles vingaram-se em mim e na camarada Maria Luísa Costa Dias, cujo companheiro, Pedro Soares, se evadira igualmente.

«O nosso julgamento, meu e da Maria Luísa, chegou a estar marcado para Lisboa,

médicas companheiras de cela. Conhecedoras do mal, não me alarmando, mas pon-do-me de sobreaviso, entram em contacto com os médicos da cadeia, pressionando-os e prevenindo-os da gravidade do meu estado. Eles pouco ligaram. Isto prolongou-se cerca de dez meses, até que me internaram numa clínica da PIDE, no Calhariz. Enquanto outras camaradas eram internadas na Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade, a mim levaram-me para essa clínica prisional. Por outro lado, queriam impor-me a presença permanente de uma agente que assistia a exames médicos e a consultas, o que eu não consenti. Como represália, e também porque eu lutava pela presença do meu médico particular, levaram-me para Caxias e puseram-me de castigo.

«Avante!» — Em que consistia o castigo?

— Consistia em regressar ao total isolamento durante dois meses. Os nossos camaradas de prisão não o sentiram. Desenvolveram uma luta grandiosa de solidariedade com o levantamento de rancho e greve da fome. Foram obrigados a pôr-me uma enfermeira durante duas noites, até que, em virtude da luta de protesto puseram uma camarada na minha cela, a Cândida Ventura.

Pouco tempo depois, separaram-nos, porque consideraram «nociva» a intervenção da Cândida no meu caso, capaz de movimentar a cadeia. Veio então, para a minha cela, Ivone Dias Lourenço. E a ela e aos meus camaradas de prisão que eu devotava a minha vida. Ivone Lourenço acompanhou-me em todos os restantes anos de cadeia e na fase crítica da minha situação. Sendo ainda uma jovem, pois tinha sido presa com 20 anos revolucionária de uma grande coragem e assistiu-me dedicadamente. Impôs-se de tal modo que alarmou e alvorçou toda a cadeia. Só após uma noite, com médico da cadeia à cabeceira e levando transfusões, é que me conduziram, em braços, semimorta, novamente, para a maldada cadeia do Calhariz. Embora me garantissem que eu ia para a Ordem, no trajeto do carro apercebi-me do logro, mas de nada valeram os meus protestos. No entanto, ainda encontrei forças para dizer: «Eu não sou operada enquanto não for vista pelo meu médico particular. Só se me levarem inconsciente», ao que esse fascista, o médico da PIDE, Magalhães, que se portou miseravelmente, me respondeu: «Pois vai e vai mes-

ram canções de luta, que eram cantadas por todos em coro. O camarada Manuel Correia colaborou com algumas das suas canções.

Após o barco acostar ao cais de Setúbal, onde alguns militantes comunistas daquela cidade aguardavam, para dar as boas-vindas, foi organizado um cortejo até ao Pavilhão do Partido Comunista Português, situado na Feira de Setúbal.

Depois da visita ao pavilhão o barco saiu de Setúbal de regresso ao Barreiro, sob os gritos PCP, nas vozes já enrouquecidas, mas vibrantes de entusiasmo.

Foi então dado início a um colóquio orientado por Eugénio Bento, dirigente sindical, que focou as questões mais importantes que de momento se põem aos trabalhadores, o qual despertou vivo interesse e teve larga participação dos presentes.

O barco chegou ao Barreiro às 21 horas, e perante dezenas de pessoas que o aguardavam, foram cantadas ainda entusiasmadamente algumas canções.

Enfim, um dia maravilhoso para todos os camaradas que participaram neste passeio.

Passeio de barco dos camaradas do Barreiro

Na manhã do passado domingo, um barco da CP, engalanado com bandeiras vermelhas e dísticos enormes com as palavras PCP e UEC, largou do cais do Barreiro com 500 comunistas acompanhados dos seus filhos, para um passeio fluvial de confraternização, organizado pela Comissão de Fundos e com a colaboração da Comissão de Agitação e Propaganda do PCP do Barreiro.

Na sua viagem, o barco era saudado por outras embarcações, e quando se aproximava da margem, por braços que se erguiam à sua passagem.

A bordo, fez-se uma verdadeira festa de confraternização e de sincera camaradagem. Houve canções, os jovens vendiam «Avantes!», o jornal da UEC, livros e outros materiais do Partido, para a angariação de fundos. Os alijantes, colocados por todos os salões e nas cobertas do barco, expalhava-

Ler e divulgar o "Avante!" é ajudar o Partido

Fern Borda, Maria Piedade Morgadinho e Joaquim Gomes, membro do Comité Central.

«Abriu a sessão o representante do Partido Socialista, que terminou fazendo um apelo à unidade de todas as forças democráticas.

Maria da Piedade Morgadinho dirigiu-se em particular às mulheres, fazendo um apelo à sua participação cada vez mais larga na luta do povo português.

Longamente aclamado, Joaquim Gomes começou por transmitir ao povo de Alcobaca uma saudação do CC do nosso Partido.

Denunciando um dos aspectos da campanha caluniosa contra o nosso Partido disse:

«É preciso acabar de vez com a calúnia posta a circular pela reacção e os grandes latifundiários de que o Partido quer tirar a terra aos camponeses. Abordando o problema colonial afirmou: (...) Finalmente se reconhece que o desenvolvimento do nosso país, o bem-estar de todos os portugueses, se não pode desligar do fim das guerras em África. Tudo isto, camaradas, nós o dissemos ao longo de todo o tempo que a guerra durou. E também o isto fomos perseguidos, presos, torturados e até acusados de traidores à Pátria.

Mais à frente, voltando à campanha caluniosa contra o nosso Partido, disse: Temos assistido à vergonhosa aliança no terreno de acção, dos reaccionários com os grupelhos esquerdistas. Embora constituídos por pequeno número de indivíduos frustrados e oportunistas, os esquerdistas não deixam de causar alguma perturbação ao espírito de pessoas simples. A ausência de escrúpulos destes indivíduos vai ao ponto de aparecerem em localidades intitulando-se membros do Partido e ameaçando os pequenos camponeses com a expropriação das terras, etc.

Esta actividade não nos surpreende e muito menos nos assusta. A experiência de todas as revoluções ensina que a reacção e os revolucionários disfarçados são capazes de recorrer a tudo. Que a falta de perspectivas os arrasta para as posições mais ridículas e desesperadas. Os verbalistas portu-

gues não fogem a regra. Mas as massas populares, os trabalhadores, estão perfeitamente em condições de lhes dar a resposta que merecem.

Finalizou fazendo um apelo à unidade de todos os partidos e

forças políticas interessados na democratização do País.

No final teve lugar um curto debate em que Joaquim Gomes, Maria da Piedade Morgadinho e José Simões responderam a várias questões.

EMIGRANTES! O PORTUGAL DEMOCRÁTICO SAÚDA-VOS!

Os emigrantes portugueses, atirados para longe da Pátria pela política antipopular e antinacional do regime fascista, decidiram manifestar a sua adesão e o seu apoio ao Portugal nascido do 25 de Abril, ao processo da construção de uma democracia estável no nosso País, às forças que trabalham para a realizar: o Movimento das Forças Armadas, o novo Governo Provisório, as forças democráticas.

Os emigrantes portugueses vão fazer aqui, em Lisboa, na capital do País que estamos a construir, a sua grande jornada de acção democrática. Vão, também eles, pela primeira vez, participar na alegria de serem homens livres no seu País libertado. Vão concentrar-se, no dia 11 de Agosto, às 13 e 30 horas, na Alameda Afonso Henriques, de onde partirão em desfile para o Estádio 1.º de Maio, para aí realizarem um comício político e uma festa popular.

O Movimento Democrático Português, o Partido Comunista Português, o Partido Socialista Português, o Partido Popular Democrático e a Interindustrial, apoiados pelo Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, Movimento da Juventude Trabalhadora e outras organizações democráticas, certos de interpretar os sentimentos do nosso povo e o querer do Portugal democrático que construímos, recebem fraternalmente os emigrantes portugueses com as mais calorosas saudações e apõem firmemente a iniciativa que resolverem pôr em prática, assegurando a todos os que no estrangeiro buscarem trabalho o decidido propósito de construírem um Portugal para todos os portugueses, em que todos vivamos em Liberdade, em Progresso e em Paz

TRABALHADORES! POVO DA REGIÃO DE LISBOA!

Todos ao comício-festa dos emigrantes! Levemos até aos nossos compatriotas emigrados o abraço fraterno de um Portugal libertado e o calor da nossa presença na sua festa!

Gritemos com eles:

O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO

Lisboa, 7 de Agosto de 1974

Movimento Democrático Português, Partido Popular Democrático, Partido Socialista Português, Partido Comunista Português, Interindustrial.

Homenagem em memória de Humberto Delgado

O povo da freguesia da Brogueira, apoiado pela Comissão Concelhia do Movimento Democrático Português de Torres Novas, promoverá, pelas 15 horas do dia 22 de Setembro, uma Homenagem Nacional em memória do seu conterrâneo, General Humberto Delgado.

A Comissão do MDP da Brogueira convida todos os lutadores antifascistas e muito especialmente as mais destacadas figuras da Campanha Eleitoral de Humberto Delgado à Presidência da República. Pedem-se a colaboração de todos nesta homenagem póstuma ao destemido combatente, assassinado pela sinistra P. I. D. E.

A homenagem será precedida pelo desceramento das placas que hão-de dar ao largo e rua principais da terra o nome de Humberto Delgado. Será igualmente inaugurada uma placa na casa onde nasceu no lugar de Boquilho.

ASSINA O "AVANTE!"

Respondendo às tuas perguntas, amigo leitor

O QUE É UM KOLKHOZ?

A terra na União Soviética é propriedade de todo o povo, do Estado. Não pode ser vendida nem comprada. A maior parte das terras de cultura foi entregue aos camponeses, foi posta à disposição de explorações colectivas de camponeses — os «kolkhozes» — e de empresas agrícolas do Estado — os «sovkhozes». Dos 223 milhões de hectares de terras cultivadas no país, 110 milhões, ou seja, cerca de metade, pertencem aos «kolkhozes».

Dos 20 milhões de explorações camponesas que existiam na Rússia antes da Revolução, cerca de dois terços eram minúsculas e miseráveis parcelas. Os camponeses pobres debatiam-se com uma tremenda falta de terra e viviam esmagados sob o peso dos impostos.

Segundo o decreto sobre a terra, promulgado logo nos primeiros dias da Revolução de Outubro de 1917, a terra foi nacionalizada e transformada em propriedade de todo o povo. Mais de 150 milhões de hectares de terra foram entregues gratuitamente aos camponeses. As dívidas contraídas pelos camponeses aos bancos e grandes latifundiários foram anuladas.

Logo nos primeiros anos do poder soviético foram criadas cooperativas agrícolas de produção e de venda, baseadas no princípio da adesão voluntária. A medida que os camponeses, à custa

da sua própria experiência, viam as vantagens da gestão colectiva da economia, o processo de colectivização nos campos foi-se alargando e, na primeira metade dos anos trinta, estava praticamente concluída.

Para o processo acelerado da colectivização da agricultura contribuiu muito a industrialização rápida do país e o desenvolvimento da produção de tractores e máquinas agrícolas, sem o qual teria sido impossível criar uma grande produção agrícola.

Os «kolkhozes» são associações cooperativas, baseadas no princípio da adesão voluntária, são grandes explorações colectivas. O Estado entregou a terra aos camponeses, gratuitamente e a título perpétuo, forneceu-lhes máquinas, material moderno, adubos químicos, sementes seleccionadas e crédito bancário a longo prazo e em condições vantajosas. Além

disso, o Estado é o principal comprador da produção dos «kolkhozes», garantindo-lhes, assim, o escoamento permanente dos produtos.

A propriedade do «kol-

khoz»: as instalações, as máquinas, o gado, os produtos do seu trabalho — é património de todos os membros do «kolkhoz». Eles, e só eles, têm o direito de dispor dos

frutos do seu trabalho. A assembleia geral dos «kolkhozianos» é o órgão superior de gestão do «kolkhoz». É ela que elige uma direcção e um presidente, que são responsáveis pela resolução dos problemas correntes. É a assembleia geral que discute e aprova os planos de desenvolvimento do «kolkhoz», assim como as contas anuais da direcção e toma todas as decisões importantes relativas à vida e à actividade do «kolkhoz». O presidente e os membros da direcção prestam contas do seu trabalho à assembleia geral.

O trabalho dos «kolkhozianos» na exploração colectiva é remunerado em função da quantidade e da qualidade do trabalho de cada um. Nos últimos anos passou-se a uma remuneração mensal fixa.

O «kolkhoz» moderno é uma grande exploração agrícola mecanizada. Dispõe, em média, na União Soviética, de 6 mil hectares de terras de cultivo e pastagens, 4 mil cabeças de gado e mais de 60 tractores. Em 1972, havia em toda a União Soviética 32 256 «kolkhozes» aos quais coube 50 por cento da produção agrícola do país.

As receitas dos «kolkhozes» provêm fundamentalmente da venda dos seus produtos ao Estado. No entanto, os camponeses podem igualmente vender os excedentes dos seus produtos directamente ou, então, através de cooperativas de consumo de camponeses.



A legislação soviética garante a todos os cidadãos da URSS, que tenham atingido um determinado tempo de trabalho, o direito a uma reforma na velhice, por doença ou, ainda, por morte de um dos chefes de família. O seguro social estatal abrange igualmente os camponeses. Actualmente, mais de 12 milhões de kolkhozianos (camponeses cooperativistas) recebem reforma.

Um guardador de porcos passa à reforma

Quando Alexei Chizhma, guardador de porcos do kolkhoz «Rússia», situado nas margens do Volga, completou 60 anos de idade, chamaram-no à administração do kolkhoz. Estava reunida a direcção. Em ambiente solene e festivo, o Presidente do Soviote local entregou a Alexei Chizhma o seu livrinho de reformado. Esta cerimónia, corrente na URSS, é um tributo de respeito aos veteranos do trabalho.

Alexei Chizhma começou a trabalhar no campo, com o pai, quando tinha apenas 12 anos. Ao organizar-se na sua aldeia, a aldeia de Márievka, uma cooperativa agrícola, a família Chizhma foi uma das primeiras a dar a sua adesão e a trabalhar no campo em comum. Hoje, o kolkhoz, que engloba as terras de várias aldeias vizinhas e que tem o nome de «Rússia», é um dos maiores da região de Uliánovsk.

Os camponeses soviéticos, tal como os operários e empregados,

têm direito a uma reforma. Os homens, a partir dos 60 anos, as mulheres, a partir dos 55. As mulheres que tenham criado e educado 5 filhos têm direito à reforma 5 anos mais cedo. Para a reforma completa exige-se que os homens tenham trabalhado durante 25 anos e as mulheres 20. Uma excepção é feita para as mães de numerosos filhos, para as quais bastam 15 anos de trabalho.

Os camponeses, tal como os operários e empregados, nada descontam para o fundo de segurança social, que é totalmente coberto pelo Estado.

A atribuição das reformas aos kolkhozianos cabe ao Conselho de Segurança Social, que é eleito em assembleia geral pelos camponeses.

Não raras vezes os camponeses reformados recebem o título de «Kolkhoziano Emérito», título instituído pelos próprios kolkhozes ou então um Diploma de Honra concedido pelo Soviote Supremo da respectiva República, destinados a premiar os que se distinguiram pelo trabalho. Tais títulos e diplomas são, regra geral, acompanhados de um prémio especial em dinheiro e de uma série de regalias, como, por exemplo, lugar garantido em Casas de Repouso, habitações novas construídas pelo kolkhoz, fornecimento gratuito de combustível e energia eléctrica, deslocações e viagens gratuitas, etc.

Depois de reformados os camponeses continuam a usufruir de todos os direitos como membros do kolkhoz, podendo, inclusivamente, continuar a trabalhar se assim o desejarem, recebendo uma remuneração que em nada afecta a reforma. A reforma está isenta de qualquer imposto, mesmo quando o camponês reformado continua a trabalhar.

(Trans. de «Nouvelles de Moscou»)

O CINEMA CHECOSLOVACO

—notas de viagem de um nosso colaborador numa breve passagem pela Checoslováquia

PODE-SE afirmar que o cinema checoslovaco nasceu em 1896, ano em que, encontrando-se o território sob o domínio da monarquia austro-húngara, foram montadas na Checoslováquia as primeiras empresas cinematográficas. As películas mais antigas que se conhecem são da autoria do arquitecto Jan Krizenecky, apresentadas em 1898, em Praga, durante a Exposição de Arquitectos e Inventores de Emgertharia.

A partir de 1910, estúdios cinematográficos são montados em Praga para realização de filmes com participação de actores. Em 1913, faz-se a primeira adaptação cinematográfica de uma ópera, e a qual se pode considerar a primeira obra «artística» do cinema checoslovaco.

A primeira guerra mundial interrompeu a realização de filmes com a participação de actores. Após o final da guerra e com a criação da República Independente da Checoslováquia (democracia burguesa), assistiu-se a uma revitalização cinematográfica. Em 1919, funcionavam em Praga 22 estúdios de cinema e a produção anual ultrapassava 30 filmes. A produção passou a orientar-se para a exportação, enquanto a distribuição explorava sobretudo películas de origens americana e alemã.

Nos anos 30, assiste-se a uma vaga de participação de jovens cineastas que introduziram um conteúdo artístico mais acentuado, contando-se com obras de cunho social e político, de que se destacam «Hej Rup!» (1934), de Jindrich Honzl, e «Svet Patri Máma» (1937), de Martin Fric, os quais contaram com a colaboração activa do grupo de teatro satírico e antifascista Osvozené Divadlo.

Durante a ocupação nazi, verificada a partir de 1938, em consequência do Tratado de Munique, os realizadores checos esforçaram-se por permanecer nos seus postos artísticos virando-se, decididamente para uma ligação com as massas populares. Durante a Libertação (1944), muitos dos cineastas contavam-se entre os combatentes que participaram na insurreição nacional eslovaca.

Após a Libertação, um grupo de artistas comunistas, a chamada da intelectualidade

de progressista, preparou o projecto de organização do cinema nacional. Um importante decreto proclamado no Verão de 1945, arrancando para a nacionalização, constituiu um impulso revolucionário para a renovação do cinema checoslovaco.

Durante a época socialista, após 1948, a cinematografia deste país conheceu diversas fases de fluxos e refluxos, mas, no geral, pode-se considerar como uma cinematografia de rica experiência. Os acontecimentos de 1968 também se reflectiram na produção cinematográfica, que foi afectada ideologicamente. Sectores reaccionários fizeram importante investida nos meios de comunicação social. Verificou-se então uma descaracterização política do cinema e um caminhar para o cosmopolitismo e esteticismo (por exemplo, o caso Milos Forman). Estes problemas podem considerar-se resolvidos, mantendo-se em prática a linha definida pelo Partido. Em 1951, sobre os problemas da criação do cinema checoslovaco, indicando a via de uma arte socialista actualizada, recusando as obras não ideológicas, apolíticas ou de formalismo estético.

Actualmente, os trabalhadores do cinema checoslovaco procuram construir um cinema popular, de carácter socialista, esforçando-se para que as suas obras incitem o povo checoslovaco a unir-se ideologicamente, educando igualmente no espírito do internacionalismo proletário.

Para concretização dos seus objectivos artísticos e políticos, os criadores cinematográficos da Checoslováquia dispõem de meios que possibilitam e incentivam o seu trabalho.

A Checoslováquia conta

com uma famosa Escola de Cinema, em Praga, a qual funciona com cursos de realização, documentarismo, reportagem/publicidade, argumento, fotografia e trabalho de câmara e produção. Os cursos têm a duração de 4 e 5 anos, conforme as especialidades, cifrando-se em 12 a média de alunos que anualmente entram para a Escola. A Escola de Cinema está igualmente aberta a estrangeiros (média de 3 alunos por curso), tendo estes de frequentar preliminarmente, durante 1 ano, a universidade para contacto com a língua e cultura checoslovacas. Aos alunos do Terceiro Mundo, o ensino é gratuito, sendo de 50 dólares por semestre a propina para alunos oriundos de países capitalistas.

Nos Estúdios de Barrandov, produzem-se actualmente 40 filmes de ficção por ano, contando-se com mais 2 estúdios para curtas metragens (1000 por ano) e documentarismo.

A distribuição e exibição estão, como a produção, completamente nacionalizadas e a cargo das municipalidades que têm absoluta autonomia na selecção das obras que exibem. Anualmente, a exibição conta com uma média de 60 filmes checoslovacos e 140 importados do estrangeiro (40% do Ocidente e 60% de países socialistas). Não há praticamente vila ou aldeia que não possua sala de cinema, existindo em 1973, no conjunto do território, 3465 salas para este fim. Segundo as estatísticas da UNESCO para 1973, cada cidadão checoslovaco frequentou 7 vezes o cinema, em comparação com 3 vezes para a Bulgária, 4 vezes para a Grã-Bretanha, 3 vezes para a Alemanha Federal e 5 vezes para a Alemanha Democrática. Existem, paralelamente, circuitos próprios das organizações da juventude e sindicais, e ainda uma rede de cineclubes (120), com um conjunto de 55 000 sócios.

Um importante meio complementar de difusão cinematográfica é a televisão, contando-se em 1973 com um número total de 3 400 000 televisores (com 2 canais) distribuídos à população.

Breves notícias dos países socialistas

UNIÃO SOVIÉTICA

● Cerca da Stávropol, nas margens do rio Kuban, está neste momento a ser construída a maior central termoeléctrica do Cáucaso do Norte. Numa primeira fase, a central fornecerá 300 mil quilowatts de energia. Com a sua entrada em funcionamento melhorará consideravelmente o fornecimento de energia à indústria, à agricultura e às cidades situadas entre o mar Cáspio e o mar Negro.

● Mil e setecentos quilómetros de largura terá a albufeira da central hidroeléctrica de Soyán, no Extremo-Oriente soviético. Nas margens da albufeira, que terá cerca de 90 metros de profundidade, será instalada uma empresa de piscicultura.

● Na cidade de Russayevska, nas margens do Volga, está em construção um grande combinado têxtil. Simultaneamente com a construção da empresa, controem-se moradias para os futuros trabalhadores, restaurantes, creches e jardins de infância, lojas, etc.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

● Na capital da RDA, Berlim, existem actualmente 632 bibliotecas estatais que possuem 3,1 milhões de volumes de todos os ramos da ciência, de literatura, assim como livros para crianças.

CHECOSLOVÁQUIA

● Neste país, de 1971 até 1973, foram construídas 340 mil casas. Somente durante o primeiro semestre deste ano foram construídas 48 500 habitações.

HUNGRIA

● Actualmente, 66,1 por cento das crianças húngaras, entre os 3 e os 6 anos, frequentam os jardins de infância. O presente plano quinquenal (1971-1975) prevê a criação de 70 mil novos lugares para crianças em jardins infantis.

● Sob o tema geral «Integração económica global, regional e sectorial», realizou-se em Budapeste, de 19 a 24 de Agosto, o IV Congresso Mundial de Economistas. Mil e duzentos economistas e personalidades da vida económica de 60 países anunciaram até agora a sua participação neste importante acontecimento das ciências económicas, organizado pela Sociedade Económica Internacional (UNESCO).

CUBA

● As organizações de base da Federação das Mulheres Cubanas (FMC) começaram a discutir as teses para o II Congresso Nacional das Mulheres, que terá lugar em Novembro deste ano. Na fase de preparação serão eleitas 1800 delegadas ao Congresso. No contro das discussões que se estão a travar está a maior integração das mulheres na vida política e económica do país.

SOLIDARIEDADE COM O VIETNAME

A luta de libertação nacional no Vietname do Sul volta à ordem do dia. Em 5 do corrente, os combates e os bombardeamentos aéreos fizeram 1300 vítimas. Nesse balanço de um só dia de agressões, grande parte dos mortos e feridos eram civis — o povo vietnamita bombardeado pela aviação de Thieu, fornecida e municiada pelo imperialismo americano.

Há duas semanas que a luta vem aumentando de intensidade. Em 30 de Julho, três mil soldados do regime fantoche de Thieu recuaram perto de Danang perante mil guerrilheiros da Frente Nacional de Libertação, numa tentativa para quebrar o cerco com que depararam durante a ofensiva saionguesa contra as zonas libertadas.

Entretanto, em Saigão, onde o Poder só aparenta alguma autoridade através das formas mais cruéis da repressão, trezentos e um sacerdotes católicos, apoiados por mais de um milhar, tomavam posição, publicamente, «contra a corrupção e as taras sociais», afirmando sem rodeios:

«As formas de corrupção, aplicadas pelas autoridades políticas, empurraram o nosso país para uma trágica decadência (...) A corrupção anula todos os esforços construtivos da Nação (...) A coberto dos poderosos, o comércio de estupefacientes, as organizações de malfeteiros, do jogo, da prostituição e do mercado negro precipitaram a sociedade num estado de decadência como nunca se viu na História».

As tropas americanas foram forçadas a abandonar o Vietname, derrotadas política e militarmente pelos trabalhadores vietnamitas em armas. Mas o imperialismo não foi vencido no Vietname do Sul. Mantém em Saigão uma ditadura corrupta e corruptora, sem o mínimo apoio popular, que cairia ao menor sopro das Forças de Libertação, se

fratricida contra as zonas libertadas.

Mas não será o espantalo do anticomunismo que fará recuar os sul-vietnamitas na sua luta de libertação nacional. Parece até ridículo que, hoje e no Vietname, um regime reconhecido mundialmente como de nenhuma representatividade, utilize ainda semelhante estratégia perante um povo que deu e continua a dar as provas mais firmes e corajosas de perfeita unidade e completa identificação com os objectivos que presidem à luta da Frente Nacional de Libertação e do Governo Revolucionário Provisório: o escorrimento total e definitivo do imperialismo agressor, cessando por completo a sua intromissão nos assuntos do Vietname do Sul; a conquista e consolidação das liberdades fundamentais diariamente espezinhadas pelos tortionários de Thieu; a instauração de um regime democrático e popular, como via para o socialismo no seu país.

Espelho da luta anti-imperialista

Símbolo e exemplo permanente para os povos ainda submetidos ao domínio imperialista e aos seus agentes internos, o povo do Vietname do Sul, com a ajuda do povo irmão do Norte e dos países socialistas, com especial relevo para a União Soviética, acabará por sacudir a camarilha de Thieu, a sua casta militar de vendidos, os seus funcionários corruptos e corruptores, o seu «partido» que se instalou sozinho num arremedo de parlamento, donde foram violenta e abusivamente afastados todos os partidos democráticos (ou não) que existiam no país, mediante uma lei forjada apressadamente sobre a representatividade numérica dessas formações políticas, algumas delas dispostas à unidade com a Frente de Libertação Nacional e o Governo Revolucionário Provisório das zonas libertadas.

Solidários com o heróico povo do Vietname, os trabalhadores portugueses, o nosso Partido e todas as forças democráticas do nosso País, nesta hora em que a luta prossegue contra todas as formas da herança fascista, têm a nítida consciência do valor extraordinário que a resistência imbatível desse povo heróico e martirizado representa para a libertação completa de milhões de trabalhadores e apoiam essa luta, confiantes na vitória que ela ajudará a alcançar para todas as forças verdadeiramente democráticas.

Visita a Moscovo de uma delegação da Associação Portugal-URSS

A convite da União das Sociedades Soviéticas de Amizade e Relações Culturais com os Povos Estrangeiros,

de 24 a 28 de Julho, uma delegação da Associação Portugal-URSS, composta por Alexandre Babo, Maria Manuela Brez de Almeida e Carlos Aboim Inglês, visitou em Moscovo a sede da União, tendo realizado conversações com E. V. Ivanov, vice-presidente da União, e outros funcionários superiores. A delegação foi recebida por Nina Popova, presidente da União das Sociedades Soviéticas de Amizade, Prémio Lenine da Paz, deputada do Soviote Supremo da URSS e membro da sua Comissão de Negócios Estrangeiros. Os delegados portugueses tiveram encontros com dirigentes do Conselho Central dos Sindicatos, do Comité dos Desportos e da União dos Escritores.

A delegação portuguesa informou da constituição da Associação Portugal-URSS e transmitiu as saudações da sua Comissão Directiva Provisória, presidida pelo prof. Henrique de Barros. Foram discutidos planos de cooperação futura e acordadas várias iniciativas. Os representantes da União das Sociedades Soviéticas de Amizade manifestaram a sua satisfação pela iniciativa da criação da Associação Portugal-URSS, deram uma larga informação sobre as actividades da União e das suas Associações, exprimiram o empenho em contribuir activamente para o desenvolvimento das relações de amizade e o conhecimento mútuo entre os povos português e soviético, tendo informado do andamento dos trabalhos preparatórios da fundação.

A União das Sociedades Soviéticas de Amizade e Relações Culturais com os Povos Estrangeiros convidou uma delegação portuguesa a visitar a União Soviética por ocasião da sua festa nacional de 7 de Novembro. A delegação da Associação Portugal-URSS convidou uma delegação da União das Sociedades Soviéticas a visitar Portugal por ocasião da inauguração solene de Associação Portugal-URSS.

A delegação portuguesa foi entrevistada por Rádio Moscovo, TV soviética, e a revista «Novidades de Moscovo».

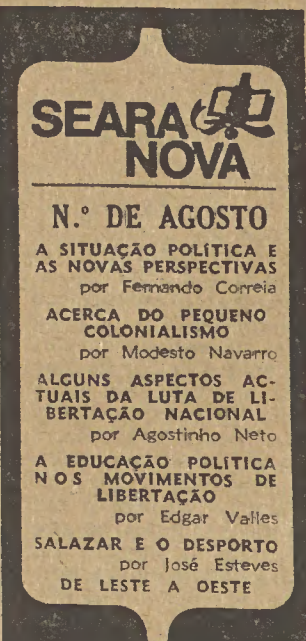
NOVIDADE

A ORIGEM DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS.

pelo Tenente-Coronel
LUIS ATAÍDE BANAZOL

Esc. 35500

PRELO EDITORA — Rua da Misericórdia, 67-2.º — Lisboa



FESTAS GUALTERIANAS

Dezenas de milhar de pessoas encheram as ruas
e participaram livremente na grande festa popular

Todos os dias, em três períodos de emissão:

- Das 8 às 9 — em 19, 20, 21, 25 metros
- Das 19 às 21 — em 19 e 26 metros
- Das 0.20^h às 0.50 — em 25, 26, 32 e 36 metros
- Das 0.50 à 1 20 — em 26 metros

Período de emissão complementar, aos domingos:

- Das 13 às 13.30 — em 19, 20, 25 e 26 metros

Uma das atrações mais recordadas de povo nestas Festas Guterrianas foi, sem dúvida, a composição alegórica no meio do jardim, em que soldados de várias armas em tamanho natural recebiam flores, com disticos onde se lia: Para as Forças Armadas as mais lindas e rubras flores de Portugal. Assim era prestada homenagem ao Movimento das Forças Armadas, que deu o golpe decisivo no fascismo e permitiu, também, a livre expansão do povo de Guimarães e do distrito, dos milhares de imigrantes que ali estavam presentes, na grande Festa popular deste ano.

Ainda no decurso da reunião, foi aprovado um documento defendendo a necessidade de inclusão na nova lei eleitoral do direito de voto para todos os cidadãos e cidadãs portugueses analfabetos.

Francisco Marcelo Couto e Victor Wengorovius
25 **UMA QUESTÃO SINDICAL**
(O Processo das Metalúrgicas)
200 páginas / 60\$00

26 **ELEIÇÕES DE 1967**
(Análise de *Ulusku Moura*)
512 páginas / 75\$00

Francisco Marcelo Couto
27 **O TEMPO DE TRABALHO**
(Comentário à lei do horário de trabalho)
220 páginas / 50\$00

5. Gollakof e V. Ponizkovsky
28 **SORGE / O ESPÍRITO QUE VEIO DE MOSCOW**
(Os Soviéticos e a Europa, pela primeira vez, o dossier do seu mais famoso agente secreto)
140 páginas / 65\$00

Lord Russell of Liverpool
29 **REGRESSO À SUÁZICA?**
(O autor do Fielapda da Suázica denuncia o renascimento do nazismo)
382 páginas / 65\$00

João Amaral Nogueira, Mario Sottomeyer Cardia,
Zefarino Coelho
30 **TEXTOS POLEMICOS CONTRA ANTONIO JOSE SARAIVA**
140 páginas / 40\$00

31 **INTERVENÇÃO POLITICA** (Textos dos Democratas de Braga)
Seleção de Humberto Saero
368 páginas / 70\$00

João Sarmento Pimental
32 **MEMÓRIAS DO CAPITÃO**
(Um relato das aventuras das gentes lusas, vistos pela inteligência, pelo coração e pela espada de um escritor fil à suazica, à liberdade democrática)
460 páginas / 2.ª edição / 160\$00

Armando Castro
33 **EM DEFESA DO PENSAMENTO CIENTIFICO**
(Um incidente / Os condicionais do ensino superior)
88 páginas / 40\$00

Raul Castro
34 **REUNIAO ILEGAL OU ACUSACAO IREAL?**
(Alegação de recurso no processo dos 90 estudantes no tribunal de polícia)
36 páginas / 30\$00

Raul Castro
35 **DUAS TESES ANTIFASCISTAS**
24 páginas / 20\$00

Máximo Gorki
36 **LENINE**
(Seguido de cartas e documentos)
256 páginas / 100\$00

Georges Cogniot
37 **O QUE É O COMUNISMO?**
Preço provável, 40\$00

38 **PRESENÇA DE ABEL SALAZAR**
(Entrevista póstuma e real.
Inquirições e depoimentos)
190 págs. / 40\$00

V. F. Sokovieds
39 **MAGIA NEGRA E MAGIA BRANCA**
(Um ensaio soviético fala de magia e religião)
170 páginas / 45\$00

Pierre Maset
40 **PEQUENO DICCIONARIO DE MARXISMO**
(Com um utilissimo indice de autores e assuntos)
Preço provável, 40\$00

Alberto Ferreira
41 **REAL E REALIDADE - I**
(Idealismo e Materialismo, Metafisica hoje, Filosofia, Ideologia e Crises)
160 páginas / 70\$00

Urbano Tavares Rodrigues
42 **ENSAIOS DE ESCRIVER**
(Uma convivência impar do significado e interesse que é a intersecção do espírito de cada um com o mundo de todos)
282 páginas / 70\$00

Jagdish Bhewani
43 **A ECONOMIA DOS PAISES SUBDESENVOLVIDOS**
272 páginas / 70\$00

Joseph Kessel
44 **EXERCICIO DE SOMBRAS**
(A Resistência em França durante a ocupação nazi)
246 páginas / 55\$00

Afonso Ribeiro
45 **POVO**
(Nove contos vive gente que trabalha, gente que luta, também)
172 páginas / 80\$00

Raul Castro
46 **ESTUDANTES DO PORTO NO TRIBUNAL DE POLICIA**
72 páginas / 30\$00

Egito Gonçalves / Luis Veiga Leitão / Papilinho Carlos
47 **SONHAR A TERRA LIVRE E INSUBMISSA...**
92 páginas / 20\$00

Alvaro Cunhal
48 **RUMO À VITÓRIA**
Edições «A OPINIAO» / 300 páginas / 65\$00

49 **PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES**
Edições D.O.R.N. do PCP / 52 páginas / 15\$00

50 **ESTATUTOS DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES**
Edições D.O.R.N. do PCP / 16 páginas / 5\$00

deje receber, na modalidade (Assimilar com X o quadrado correspondente à modalidade escolhida)

☐ Contra reembolso, sem mais encargos. ☐ CRÉDITO INOVA, a pagar. [1] por mês, os livros a seguir indicados:

NOME (sobrenome) _____ IDADE (3) _____
MORADA _____ N.º de Cliente (2) _____ N.º de Ordem (2) _____ N.º da Fatura (2) _____
TELEF. _____
LOCAL DE TRABALHO (Nome da firma e endereço) OU NOME DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO QUE FREQUENTA (3) _____ BILHETE DE IDENTIDADE N.º (3) _____ DATA _____ / _____ / _____
ARQUIVO _____
LOCAL DE COBRANÇA (3) _____

NOME DO ENCARGADO DE EDUCAÇÃO E FIRMA ONDE O MESMO TRABALHA (4) _____

Os livros, até sua total liquidação, consideram-se pertença da EDITORIAL INOVA

DATA _____ / _____ / _____ ASSINATURA: _____

(1) Indicar o prestação mensal que deseja pagar (50, 100 ou 200\$00 por mês, conforme o valor da requisição não ultrapasse 200, 1.000\$00 ou 2.000\$00) Haverá um acréscimo de 10 %/o para despesas de portes e de cobrança.
Se poderão ser requisitados novos livros depois da liquidação todos os prestações da requisição anterior.
(2) A preencher pelos nossos serviços.
(3) Estes Indicações são indispensáveis para o sistema de CRÉDITO INOVA.
(4) Indicações indispensáveis no caso de ser estudante e estar interessado em inscrever-se no sistema de CRÉDITO INOVA.
(A modalidade de Crédito Inova não é extensiva ao Ultimato, — para o Ultimato os envios são efectuados somente contra reembolso.



SOLIDARIEDADE DO COLECTIVO DOS TRABALHADORES DO «NEUES DEUTSCHLAND» AO «AVANTE!»: o representante deste nosso colega, dr. Klaus Steiniger, entrega ao director do «Avante!» o estandarte do órgão central do SED (Partido Socialista Unificado da Alemanha), juntamente com outras significativas lembranças

BRASIL, CIA & ÁFRICA

BRASILIA (Do nosso correspondente) — A atitude do Governo brasileiro perante o caminho democrático escolhido pelo povo de Portugal começa a definir-se. Nas semanas posteriores ao 25 de Abril, os meios oficiais adoptaram uma atitude de cautelosa expectativa. O Governo do general Ernesto Geisel não tomou uma posição crítica e os seus porta-vozes salientavam inclusivamente o desejo que animava o presidente de manter excelentes relações com Portugal. A censura recebeu mesmo instruções para não cortar notícias e comentários sobre a conjuntura portuguesa. Nos primeiros dias alguns jornais dedicaram quatro e cinco páginas aos acontecimentos de Portugal e o tom da imprensa era abertamente favorável.

Alteração de atitude

Agora, o panorama parece outro. O Ministério das Relações Exteriores já deu a nova tônica. Não considerou ainda oportuno manifestar-se oficialmente, mas as autoridades diplomáticas principiaram a prestar esclarecimentos oficiais que os jornais publicam com destaque. Segundo essas fontes, o diálogo entre Lisboa e Brasília tem sido «frio» desde o 25 de Abril. Curiosamente, a «friexa» não é interpretada como consequência natural do processo de democratização em curso.

Insinua-se que o Brasil estaria um tanto decepcionado com a marcha lenta da descolonização. O reconhecimento da República da Guiné-Bissau como Estado soberano traduziria precisamente essa impaciência. A opinião pública brasileira reagiu com mais ironia do que surpresa a esses «esclarecimentos». Ninguém acredita na pureza dos sentimentos anticolonialistas de um regime que sempre apoiou entusiasticamente a política anticolonialista de Salazar e Caetano.

outros tentáculos do imperialismo carecem de credibilidade para dialogar com os movimentos de libertação. Por isso mesmo a CIA concebeu o plano de utilizar novos interlocutores indirectos. Um dos intermediários mais apropriados, por força do idioma e dos laços culturais e históricos, seria o Brasil. É significativo que a Guiné-Bissau seja agora subitamente considerada pelo Governo brasileiro uma «nação irmã».

Disciplina

Washington está obtendo êxito no Paraguai e na Bolívia, manejando o Brasil como «marioneta». O subimperialismo brasileiro cumpre disciplinadamente tarefas que o Império americano

não poderia realizar sem levantar suspeitas e resistências. O Paraguai está hoje transformado praticamente numa colónia brasileira, isto é, dos Estados Unidos. O ditador Stroessner, graças aos contratos bilionários que pode oferecer (por motivo da construção da barragem de Itaipu) às grandes empresas multinacionais, começa, aliás, a ser utilizado como uma nova espécie de caixeiro-viajante do imperialismo americano. Em várias capitais europeias, o carrasco do povo paraguaiense foi recebido como um deus. Até a África do Sul o corteja.

Anticomunismo

Transformar Angola e Moçambique em novos Paraguais, atra-

vés do Brasil, é o sonho de Walters e da CIA. Esse plano mirabolante explica absurdos tão grotescos como as veladas críticas da diplomacia brasileira, que de forma diuturna o noticiário sobre temas portugueses. Palma Carlos é exaltado como símbolo de «virtudes democráticas», e chegou-se ao cúmulo de insinuar que o novo Governo não estaria empenhado em acelerar o processo de descolonização. Como pano de fundo, a campanha anticomunista assume grandes proporções e o PCP é apresentado como força maquiavélica, interessada em estabelecer o caos em Portugal e nas colónias. A correspondência vinda de Portugal começou já a ser metulosamente censurada. As cartas são abertas, o «Avante!» interceptado.

ALTO À SABOTAGEM!

A sabotagem económica realizada pelos grandes grupos financeiros no nosso País está tomando formas muito diversas.

Vale a pena referir algumas delas, para que os seus promotores e os seus objectivos sejam mais facilmente referenciados.

No centro dessa ofensiva de sabotagem económica tem estado a actuação da Banca. É a restrição dos créditos e o eixo da sabotagem da Banca.

Centenas de pequenas e médias empresas, após o 25 de Abril, viram ser-lhes cortados os créditos de que necessitavam para poder prosseguir a laboração. Os prefeitos para essas restrições de crédito são múltiplos: falta de liquidez, risco «elevado», falta de garantias, etc. Na prática, maneando a arma do crédito, boicotando ou adiando os créditos às pequenas e médias empresas, tem vindo o capital financeiro a procurar obter três resultados, simultaneamente. Por um lado, desorganiza a economia do País, criando terreno para a contra-revolução, pela paralisia que provoca em sectores importantes da produção, com despedimentos, encerramentos de empresas e falências, muitas das quais fictícias. Por outro lado, tenta aproveitar a situação para acelerar a concentração da economia portuguesa, através da eliminação ou absorção de numerosas pequenas e médias empresas. Finalmente, procurando associar a esta sabotagem prática uma acção de propaganda política, lança uma campanha que pretende atribuir as dificuldades das pequenas e médias empresas não às manobras da Banca, mas sim à instituição do salário mínimo...

A sabotagem económica da Banca não se resume, porém, à restrição dos créditos às pequenas e médias empresas. Uma outra forma que esta está assumindo é o desvio para fora do País das divisas correspondentes às remessas dos trabalhadores portugueses emigrados no estrangeiro — criando com isso uma difícil situação à balança de pagamentos. Intensificam-se, por outro lado, as passagens de lucros para o estrangeiro através do sistema bancário, o que já dantes acontecia.

A par de medidas de sabotagem indirecta centradas na actuação da Banca, como no caso das pequenas empresas, tem vindo a desenvolver-se também medidas de sabotagem directa a cargo das grandes empresas controladas pelo capital monopolista.

Os despedimentos feitos a pretexto de diminuição da produção por falta de mercado, os encerramentos ou ameaças de encerramento, são uma das formas mais generalizadas que está tomando essa sabotagem e chantagem económica directa do capital monopolista.

O caso da Applied é bem característico dessa tática. O administrador anunciou, na passada semana, que a empresa «estava dissolvida e não tinha dinheiro para pagar salários e indemnizações».

Depois de intervenção do Ministério do Trabalho, a empresa rectuou, quanto ao encerramento, mas mantendo o despedimento de mais de 100 operários.

A acção dos operários conseguiu ainda impedir essa nova sabotagem, mas, como a chantagem do encerramento, os patrões continuavam a pretender impor na fábrica condições que constituam a anulação de muitas das conquistas obtidas pelos trabalhadores após o 25 de Abril.

O que agora sucede mostra como estes círculos financeiros participam deliberadamente numa vasta operação contra a economia nacional: o administrador americano

passou-se para os Estados Unidos e de lá chegou a ordem de encerramento da Applied, que atirou para o desemprego 600 operários e operárias, o que mostra a forma desprezível, mas que não pode ficar impune como agem alguns dos grandes empresários estrangeiros.

Anúncios de encerramento foram feitos também na Renault, da Guarda, na A. S. Electrónica e outras empresas. Na Consilium, cuja situação noticiamos noutro artigo, foi anunciado o encerramento em Setembro (chegando a administração a «oferecer», generosamente, as instalações, para «sede provisória» do Partido Trabalhista Democrático Português): entretanto, as operárias foram obrigadas a ocupar as instalações, para impedir a retirada das matérias-primas e máquinas, sem que lhes tivessem

sido pagos os salários e indemnizações. Noutros casos o anúncio de despedimento é usado como forma de espalhar o pânico.

Na J. Pimenta, por exemplo, começaram a dizer que iam despedir 500 a 800 trabalhadores. Como os trabalhadores reagissem, dizendo: «Não despede» — explicaram que tinha sido só para obrigar a Banca a descontar... Outra forma de sabotagem económica das grandes empresas é a retracção de investimentos, que, além de levar a despedimentos, tem reflexos graves no desenvolvimento de economia nacional. Uma forma mascarada, subtil, mas muito perniciosa de sabotagem económica está sendo igualmente a não renovação dos «stocks», o que significa criar entraves para a continuidade da produção, dentro de dois ou três meses. A estas formas gerais de sabotagem directa há ainda a acrescentar as que estão relacionadas com especulações de preços dos produtos base, como acontece com o ferro para a construção civil, com a justificação de que se trata de ferro estrangeiro, por estar suspensa a produção nacional.

Em certos casos a sabotagem económica toma formas que revelam mesmo certa imaginação. Tal é, por exemplo, o fornecimento de material com características diferentes das pedidas; ou as perturbações no fornecimento de materiais (como cimento) pela desorganização do seu transporte, como está sucedendo em Leiria, com camiões que só distribuem metade da carga...

É tempo de compreender que o povo português está vigilante e cortará o passo à utilização de armas económicas com o fim de comprometer o caminho para a democracia

Nestas várias formas de sabotagem tem vindo a participar activamente o capital estrangeiro.

Em alguns casos, pela actuação directa das suas sucursais instaladas em Portugal (caso da Applied e outras já citadas).

Noutros casos, pelo cancelamento de encomendas. Tal é, por exemplo, o caso da Creator.

Esta empresa vendia toda a sua produção a um único cliente, uma firma francesa, que cancelou todas as encomendas em Portugal, sabendo que a empresa estava impossibilitada de colocar o produto e levando-a assim ao encerramento.

Estes exemplos indicam a diversidade de formas que já está tomando a sabotagem económica no nosso país e a amplitude que já vai ganhando a contra-ofensiva do grande capital.

Aos trabalhadores cabe um papel importante na luta contra essa ofensiva.

Têm de se manter firmes e responder, massiva e serenamente, às chantagens, ameaças e medidas do grande capital.

Devem, ao mesmo tempo, manter uma vigilância cerrada em relação a todos os tipos de sabotagem económica.

É necessário denunciar as empresas que não estão a investir, as que estão a despedir trabalhadores, as que não estão a renovar os stocks.

A vigilância dos trabalhadores e a pronta denúncia dos sabotadores da economia nacional é uma das formas que deve assumir a luta contra os que querem fomentar a crise em Portugal.

Uma visita

A verdadeira explicação da viagem diplomática de Brasília seria outra. Em primeiro lugar, a queda de Palma Carlos, veio dissipar as últimas esperanças de uma volta ao passado. Mas seria sobretudo a visita, pouco comentada, de uma estranha personagem que provocou a mudança de linguagem e atitudes. O general Vernon Walters, vice-director da CIA, esteve no Brasil e o principal fim da sua visita de «cheio amigo» seria precisamente a discussão do «caso português».

Walters, que teve uma participação destacada na montagem do golpe de estado de 1964, organizado de monopólios nacionais e estrangeiros, da Banca, dos agrários, dos intermediários parasitários, de supermercados gigantes. Muitas dezenas de milhares de pequenos e médios produtores e comerciantes, na cidade e no campo, foram assim esmagados pelo rolo compressor da implacável economia capitalista — a economia da «livre iniciativa», como enganadoramente lhe chamam os seus ideólogos.

Os que se mantiveram «à tona de água» (Ferreira Dias propôs lançar-se todos ao Tejo, e depois se veria...), os que através de múltiplos sacrifícios seus e de familiares resistiram, têm hoje, compreensivelmente, ainda mais apego ao fruto do seu trabalho. E todos representam na actual situação, não o esquemas, um sector com interesse na vida política e económica portuguesa.

Interlocutores indirectos

Dá a atenção que a sua presença discreta no Brasil acabou por suscitar. Desta vez apareceu para sugerir as linhas mestras da futura política africana do Brasil. Primeira sugestão: reconhece imediatamente a República da Guiné-Bissau e estabelecer contactos permanentes com os movimentos de libertação mais representativos de Angola e Moçambique. Washington sabe que não inspira confiança aos patriotas do PAIGC, da FRELIMO e do MPLA. Concebeu, por isso, um plano no qual o Brasil teria importante papel a desempenhar. Trata-se, na essência, de desenvolver uma política de sorrisos e de cooperação generosa. O objectivo verdadeiro é muito diferente: permitir que o imperialismo americano reforce as suas posições em Angola e Moçambique, utilizando como ponte de lança empresas estatais brasileiras e grupos privados que se acham sob «controlo» dos monopólios yankees ou de instituições como o Eximbank. Na realidade, os mecanismos da dominação imperialista atingiram tal grau de aperfeiçoamento que até a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce, a Siderúrgica de Volta Redonda e outras grandes empresas nacionais viram a sua capacidade decisória reduzida ao mínimo por força das dependências criadas. Um país cuja dívida externa excede hoje 15 bilhões de dólares comprometeu a possibilidade de ter uma política independente.

Vernon Walters sabe que a Gulf Oil, a American Metal, a Anglo American Corporation e

Esclarecer — dialogar com os sectores não monopolistas

A CABO do Governo Provisório de tomar uma série de medidas de carácter económico. Outras tinham já sido promulgadas. Muitas estão ainda em estudo. A opinião pública interessa-se por tais medidas. Mas cada sector e cada classe por razões variadas e próprias. Focaremos aqui somente alguns aspectos que interessam especialmente os sectores não monopolistas.

Os que ficaram à «tona de água»

Os pequenos e médios industriais, agricultores e comerciantes enfrentam há dezenas de anos o assalto organizado de monopólios nacionais e estrangeiros, da Banca, dos agrários, dos intermediários parasitários, de supermercados gigantes. Muitas dezenas de milhares de pequenos e médios produtores e comerciantes, na cidade e no campo, foram assim esmagados pelo rolo compressor da implacável economia capitalista — a economia da «livre iniciativa», como enganadoramente lhe chamam os seus ideólogos.

Os que se mantiveram «à tona de água» (Ferreira Dias propôs lançar-se todos ao Tejo, e depois se veria...), os que através de múltiplos sacrifícios seus e de familiares resistiram, têm hoje, compreensivelmente, ainda mais apego ao fruto do seu trabalho. E todos representam na actual situação, não o esquemas, um sector com interesse na vida política e económica portuguesa.

Os legítimos direitos e as ameaças que pesam

O PCP sempre insistiu na defesa dos interesses dos sectores não monopolistas da nossa economia. O nosso Programa, datado de 1965 e agora à venda em todo o país, refere-se explicita e amadureadamente aos problemas da pequena e média empresa industrial, agrícola e comercial. Nele se propõem medidas para ajudar tais sectores. Estamos, pois, à vontade para reafirmar agora os mesmos princípios. É para, centro e fora do Governo, actuarmos consequentemente.

A finalidade dessa actuação é dupla. Por um lado, evitar que os sectores não monopolistas sejam vítimas preferenciais da crise económica que herdamos do fascismo. Por outro lado, subtrair esses mesmos sectores à influência das encapetadas manobras reacçãoárias que visam sabotar a acção do Governo Provisório, e provocar o caos económico.

Manobras encapetadas e falsas aparências

Na realidade há um amplo trabalho de esclarecimento a levar a cabo. O próprio Governo Provisório o reconheceu.

É necessário esclarecer as pequenas e médias empresas que os seus mais reais e profundos interesses estão ligados ao processo de democratização em curso. É necessário mostrar-lhes que os cordelinhos das

manobras reacçãoárias para desequilibrar ainda mais a economia são puxadas exactamente pelos poderosos grupos que, ao longo dos anos, tudo têm feito para aniquilar as pequenas e médias empresas, colocando toda a máquina do Estado fascista ao seu serviço para alcançar esse objectivo.

Para balizar os espíritos, a reacção joga com falsas aparências e mente descaradamente. Mas logo que se começem a «descaçar» as aparências, as reacções saltam à vista.

Por exemplo: Refere-se a «necessária» necessidade de limitar com firmeza os poderes dos monopólios e dos bancos? Logo há quem grite: «Aqui del rei, que a propriedade privada está em perigo!» Na realidade, limitando o poder da Banca, estabelecem-se para todos os sectores não monopolistas (que são a maioria) a possibilidade de actuarem mais proficazmente.

Falase em limitar e controlar os preços? Logo há quem vociferar: «Trata-se do fim da iniciativa privada e da livre concorrência!» Na realidade há muito tempo já que em muitos sectores não há uma livre determinação dos preços e impedem, s.m., os contratos (secretos) entre grandes empresas (as que estavam anilhadas nos Grêmios e aí impunham a sua vontade às restantes empresas do sector). E tais preços eram, na realidade, preços de monopólio. O que agora se estabelece — o controlo dos preços para empresas acima dum determinado nível de vendas — vem, sim, abrir novas perspectivas a muitas pequenas e médias empresas.

Outros exemplos não podem ser apontados. E tudo isto necessita de ser explicado, deve ser objecto de diálogo.

Já há quem compreenda: é necessário insistir

Sabemos — há vários sintomas disso — que sectores não mono-

polistas estão a constatar que alguma coisa mudou e mais pode vir a mudar, na defesa efectiva dos seus direitos e dos interesses do País.

Muitos constatarem já que a construção do sistema gremial corporativo lhes é favorável e que não a verão cair no erro de se meter de novo debaixo do controlo dos poderosos nas organizações recentemente criadas (Confederações, etc.) com o objectivo de defender os interesses dos grandes grupos industriais e bancários que delas tiveram a iniciativa. Os pequenos agricultores do distrito de Beja, por exemplo, lançaram já a organização que pode defender os seus direitos — a Liga dos Pequenos Agricultores — recusando entrar para uma Associação engendrada nos grandes agrários da região.

Para uma ampla campanha de esclarecimento

Todas as iniciativas, todas as esperanças, todas as dúvidas dos pequenos e médios produtores da indústria e da agricultura, dos camponeses e dos comerciantes, merecem atenção. Uma devem ser apoiadas, outras precisam de ser alvo de um sistemático esclarecimento. Trata-se de um trabalho urgente e responsável, que muito poderá contribuir para que cresça a confiança na democratização em curso.

Até os finais de Outubro e Novembro, em iniciativas democráticas unitárias, em sessões de esclarecimento e de debate, em encontros nas associações próprias, nos bairros, ou por sectores produtivos, mesmo em iniciativas de pequenas equipas, aproveitadas as férias nas zonas do País onde a informação mais facilmente penetra — um amplo trabalho de esclarecimento pode ser feito.

A organização de uma grande campanha de esclarecimento e diálogo ultrapassa os limites destas simples sugestões.

O que interessa aqui é focar o interesse dessa actividade de esclarecimento (que o próprio Governo Provisório deseja) e que muito pode ficar a dever às iniciativas, entusiasmo e dedicação dos que, a todos os níveis, estão sinceramente empenhados na democratização do País.

O embaixador da URSS chegou a Lisboa

Um passo na sequência do estabelecimento das relações diplomáticas entre a União Soviética e Portugal foi dado com a chegada do embaixador Arnold Kalinin a Lisboa, na quarta-feira última. As relações do grande país soviético com Portugal vão, agora, entrar numa fase de realizações práticas que muito poderão beneficiar o nosso país.

A sua chegada, o embaixador Arnold Kalinin fez declarações que reproduzimos aqui:

«Sinto grande satisfação por me ter tocado a honra de chegar a Portugal na qualidade do primeiro embaixador da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Especialmente agradeço-me assumir as minhas funções num período de viragem nos negócios internacionais, da tensão à «détente», quando as relações entre os Estados se afirmam cada vez mais os princípios da coexistência pacífica.

Os soviéticos sempre têm tido sentimentos de profunda simpatia e respeito pelo talentoso povo português, amante da liberdade. Entre os nossos países já houve contactos práticos. Esperamos, que o intercâmbio das representações diplomáticas dará início a uma etapa nova no desenvolvimento das relações entre a URSS e Portugal, em benefício dos nossos povos, nos interesses da paz universal.

Considero minha tarefa contribuir por todos os meios para o desenvolvimento e intensificação das relações soviético-portuguesas e a consolidação de uma ampla cooperação entre os nossos dois países.

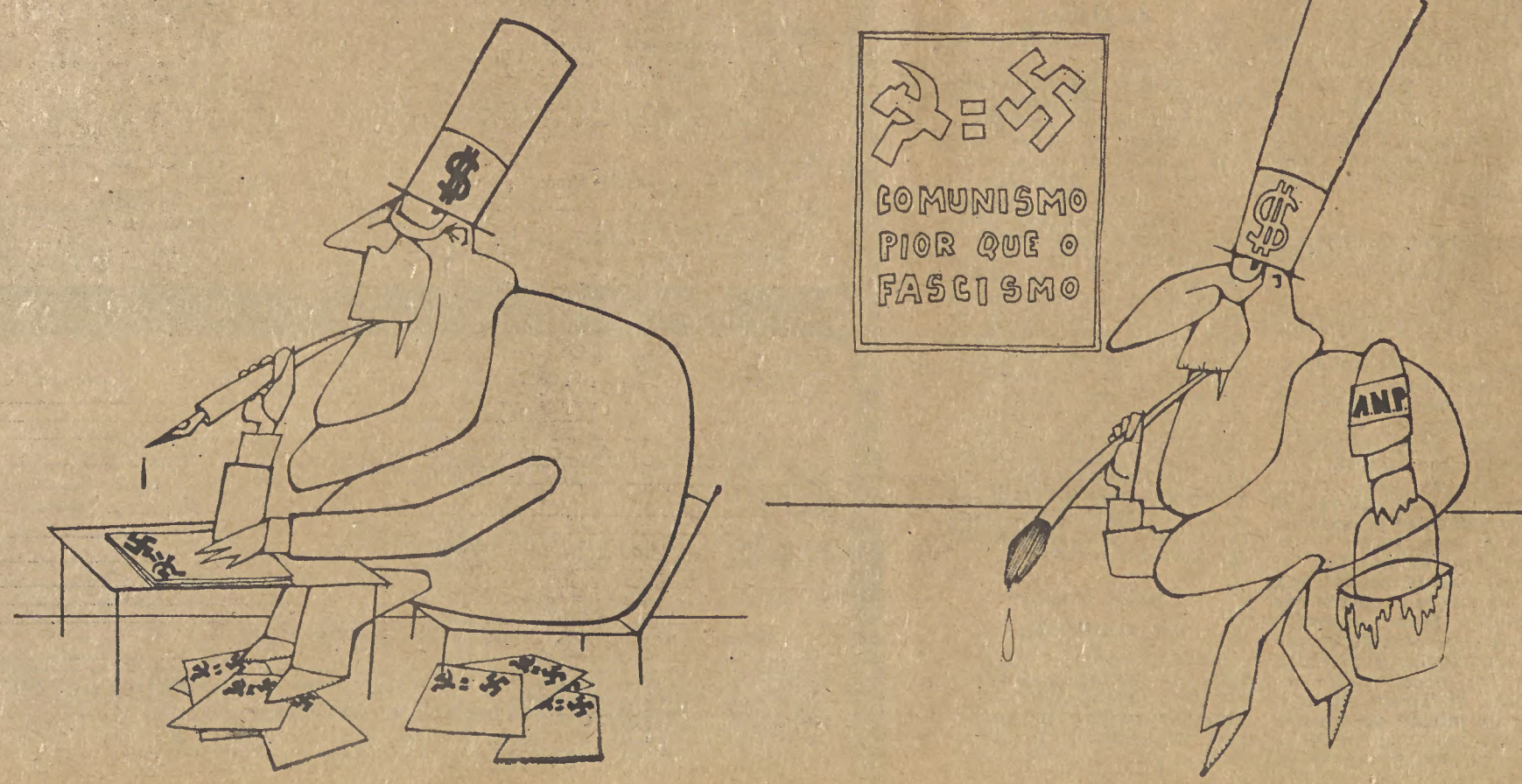
Aproveitando essa oportunidade, queria transmitir aos habitantes de Lisboa, a todo o povo português, os melhores desejos de êxito e prosperidade.

Querla também saudar cordialmente os representantes da imprensa aqui reunidos.

Muito obrigado pela atenção.»

O embaixador Kalinin nasceu em 1929 e formou-se no Instituto Superior de Relações Internacionais, tendo-se doutorado mais tarde em ciências jurídicas. Iniciou a sua carreira diplomática em 1969, na América Latina. O 25 de Abril nomeou-o como ministro-conselheiro da embaixada soviética em Cuba.

O «Avante!» saúda o primeiro representante diplomático da União Soviética em Portugal e deseja-lhe bom e frutífero trabalho no interesse da amizade e cooperação entre os nossos dois povos.



DISTRIBUIÇÃO DO «AVANTE!»
À ATENÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES LOCAIS DO PCP
Solicita-se a todas as organizações do PCP que comuniquem regularmente ao «Avante!» — Serviço de Distribuição — até cada terça-feira, as quantidades de jornais que orem receber nessa semana.
«Avante!» — Rua António Serra, 26, 3.º dt. — Telefone 76 64 45 — Lisboa - 1.